

**ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP
DIRETORIA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO**

A produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP/MP/Iphan: *expertise* em patrimônio e caminhos para a gestão pública.

**SÔNIA REGINA RAMPIM FLORÊNCIO
BRASÍLIA
2013**

SÔNIA REGINA RAMPIM FLORÊNCIO

A produção bibliográfica Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP/MP/Iphan: *expertise* em patrimônio e caminhos para a gestão pública.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola Nacional de Administração Pública –
ENAP, como requisito para obtenção do título de
Especialista em Gestão de Políticas Públicas de
Proteção e Desenvolvimento Social.
Orientador: Prof^o Dr. Paulo Marques

**BRASÍLIA
2013**

SÔNIA REGINA RAMPIM FLORÊNCIO

A produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional/MP/Iphan: *expertise* em patrimônio e necessários caminhos para a gestão pública.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social.

Data de aprovação: ____/____/____
Banca Examinadora:

Profº Dr. Paulo Marques

Profº Dr. Jorge Abrahão

Dedico este trabalho aos amores da minha vida: Juliana e Celso

Agradecimentos

Ao professor Paulo Marques pela disponibilidade e interesse com os quais sempre marcou nossos encontros.

Ao professor Jorge Abrahão pela justeza das críticas e pelas valorosas sugestões.

À Luciana, Eliane e Luana pelo acompanhamento atento e cuidadoso do nosso curso.

A todos os professores do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social que me abriram tantas portas e janelas para enxergar esse campo de conhecimento tão importante para a nossa prática no serviço público que é a gestão das políticas públicas.

Ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e à Escola Nacional de Administração Pública pela oportunidade de poder cursar essa especialização.

À Coordenação de Pesquisa e Documentação – Copedoc do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan e à Lia Motta pela dedicação ao PEP – MP.

À Adriana Nakamuta pela incansável disposição em me atender fornecendo documentos, dados e orientações sobre o Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP – MP apesar de todas as suas ocupações e tarefas na coordenação desse tão importante Programa de Formação.

Aos meus queridos amigos da piscininha da Ceduc: Pedro Clerot, Juliana Bezerra, Rodrigo Ramassote, Maria Vitória Dutra e Juno Carneiro. O que fazemos nessa piscina? Ficamos imersos unidos pela água que nos envolve, e que nos faz, verdadeiramente, construir coletivamente nosso trabalho, nossas ações, nossas dúvidas, nossas reflexões. Pelo fato de estarmos juntos, é muito mais difícil que alguém se afogue. Obrigada por me ouvirem nas vezes em que precisei de vocês e, também, nas vezes que, intempestivamente, sem avisar, começava a falar da pesquisa como se todos estivessem pensando comigo, dentro da minha cabeça. Muito obrigada por vocês fazerem parte da minha história.

Ao meu chefe e amigo de ótimas conversas Luiz Philippe Peres Torelly pela postura de sempre considerar e manter o ambiente de trabalho acolhedor, afetivo e de eterno aprendizado.

À Diana Dianovsky pelas tantas conversas sobre as aulas, sobre o trabalho e sobre a vida que compartilhamos durante o curso.

À Alithea Corrêa, por me ajudar com os dados de 2005 e 2006 do PEP-MP e por me ouvir sobre a pesquisa.

Ao Celso que sempre me incentivou a trilhar novos caminhos.

A todos meus amigos do Iphan que contribuíram com as reflexões dessa pesquisa.

“(…) pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial.” Gilberto Gil (IPHAN, 2008).

RESUMO

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **A produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP/MP/Iphan: *expertise* em patrimônio e caminhos para a gestão pública.** 2013, 70 fl. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Brasília, 2013.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP-MP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan com a intenção de identificar se, em tal produção, estava presente a concepção ampliada do conceito de patrimônio cultural; se existia a preocupação em considerar as políticas de preservação como políticas públicas e, mais especificamente, se eram consideradas políticas sociais. Observou-se que, apesar de apresentar excelência técnica e conceitual no campo do patrimônio cultural, o PEP – MP carece de maior conhecimento no campo da gestão pública.

Palavras-Chave: PEP – MP, formação em patrimônio cultural, Iphan, políticas sociais

Abstract

The main objective of this study was to analyze the bibliographic production of Specialization Program in Heritage - Professional Masters Degree - PEP-MP, of the National Institute for Historical and Artistic Heritage - Iphan intended to identify in this production whether there was the expanded conception of the concept of cultural heritage, there was a concern to consider the preservation policies as public policy and, more specifically, whether they were considered social policies. It was observed that, despite its conceptual and technical excellence in the field of cultural heritage, the PEP - MP needs further knowledge in the field of public management.

Keywords: PEP – MP, training in cultural heritage, Iphan, social policies

Índice

Introdução	p. 01
Políticas de cultura como políticas sociais	p. 07
O histórico do PEP – MP	p. 22
Análise dos dados	p. 26
Considerações finais	p. 43
Referências	p. 46
Anexo 1: Produção bibliográfica PEP – MP	p. 50

Introdução

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP – MP - é um Programa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - cuja formação em nível de pós-graduação integra atividades práticas supervisionadas e aulas teórico-metodológicas com o objetivo de especializar profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuarem no campo da Preservação do Patrimônio Cultural. O curso associa, portanto, as práticas de preservação do patrimônio cultural nas unidades da Instituição, distribuídas no território nacional, ao aprendizado teórico-metodológico e à pesquisa. A proposta de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN foi aprovada pela Capes em março de 2011¹.

No entanto, desde 2004 está em funcionamento. Criado com apoio da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o atual Mestrado Profissional iniciou suas atividades como PEP – Programa de Especialização em Patrimônio. Selecionados por meio de edital público, os profissionais são integrados ao cotidiano do Iphan nos diversos estados brasileiros, tendo ocasião de compartilhar a experiência proporcionada pela lida com a preservação do patrimônio cultural, sendo supervisionados em suas pesquisas, estudos de casos e projetos por servidores do Iphan de diversas áreas de formação e, no âmbito acadêmico do Programa, contam com orientadores que se responsabilizam pelo acompanhamento do trabalho acadêmico. Ao mesmo tempo, trazem para a instituição novas visões e diferentes abordagens sobre como atuar na preservação do patrimônio. Unem, portanto, a prática profissional em preservação do patrimônio cultural à pesquisa acadêmica no tema. (IPHAN, 2010)

Assim, essa pesquisa teve a intenção de investigar a produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissional – PEP/MP/Iphan. Nos anos de 2005 e 2006, os bolsistas do Programa produziram oitenta artigos (80) como parte das obrigações para conclusão da especialização. Nesse período, os estudantes podiam optar em entregar um artigo no final do primeiro ano e um artigo no final do segundo ano ou somente um artigo para o período dos dois anos.

¹Homologado pelo Conselho Nacional de Educação (Port. MEC 978, de 26/7/2012, DOU 27/7/2012, seção 1, p. 9)

No ano de 2007 tornou-se obrigatória a apresentação de uma monografia ao final dos dois anos da especialização e doze (19) monografias foram produzidas. O ano de 2008 não apresentou edital de seleção para o Programa por motivos orçamentários do Iphan.

A partir de 2009, com o reconhecimento do Programa como Mestrado Profissional pela Capes, é parte do processo de conclusão do Programa a entrega de uma dissertação ao final dos dois anos do curso. Assim, a Turma de 2009 produziu dezesseis (16) dissertações e a de 2010, vinte e sete (27). Para essa pesquisa, portanto, a produção bibliográfica analisada corresponderá ao período de 2005 a 2009, num total de cento e quarenta e dois (142) trabalhos.

A produção bibliográfica dos anos de 2005 e 2006, em sua maioria, está publicada pelo Iphan (Iphan, 2009 e Iphan, 2007). A dos anos 2009, 2010 e 2011 encontra-se à disposição para consulta na Coordenação de Pesquisa e Documentação do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan, no Rio de Janeiro.

Esse tema se insere em um contexto bastante comum que coloca em evidência a crescente necessidade de formação e qualificação dos agentes públicos para um novo Estado que vem se profissionalizando e capacitando seus quadros técnicos.

O programa de formação em preservação do patrimônio cultural do Iphan, como um programa implementado por um órgão do Estado, tem como foco a abordagem técnica relacionada às práticas de preservação. No entanto, foi preciso investigar se tal programa apresentava a preocupação com a questão da gestão pública e, mais especificamente, com a discussão sobre as políticas sociais.

Os programas de formação, levados a cabo por instituições governamentais, são normalmente direcionados ao seu corpo técnico e gerencial e têm como objetivo a qualificação no âmbito da gestão. O Programa do Iphan, no entanto, parece focar na formação profissional que prepara o aluno (público externo e, mais recentemente, servidores da instituição) para formulações teóricas, metodológicas e, no âmbito da ação institucional, relativas à preservação do patrimônio cultural. Por que, então, sendo o Iphan uma instituição governamental e que tem como missão, segundo seu

planejamento estratégico², “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” e como visão ser uma “instituição coordenadora da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de Estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade” não incorpora em seu programa de formação questões relativas à gestão pública e às políticas sociais?

Analisar essas questões à luz dos estudos e investigações sobre processos de formação de agentes públicos e no campo das políticas sociais pode trazer importantes contribuições para pensar a formação na área da preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Objetivos

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a produção bibliográfica desse programa de formação com a intenção de investigar:

- a) Se os artigos, monografias e dissertações produzidas entre 2005 e 2013 pelos alunos do Programa, refletem a nova concepção de patrimônio cultural definida no artigo 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e que abarca as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;
- b) Se tal produção bibliográfica incorpora em seu escopo a preocupação em considerar as políticas públicas de patrimônio cultural como políticas sociais;
- c) Se essa produção apresenta a preocupação com a gestão de políticas públicas já que as políticas de patrimônio cultural, para além de sua especificidade técnica, pertencem ao rol das políticas públicas e, como tais, não podem prescindir da discussão conceitual desse campo de conhecimento.

² Para mais detalhes consultar:

<http://portal.iphan.gov.br/intranet/montaProcedimentoInterno.do?idSecao=14414&sigla=Iphan&retorno=paginaIphan> Acesso em 25/03/2013

d) Se a grade curricular do mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural PEP – MP contempla disciplinas relacionadas ao campo da gestão de políticas públicas.

Foi, portanto, uma das intenções da pesquisa analisar a grade curricular do Programa e verificar a interface com o campo da gestão pública para tentar responder a algumas questões: existe a preocupação do Programa em proporcionar aos alunos o contato e possível aprofundamento com o campo de conhecimento da gestão pública? Contempla ainda, além da abordagem mais técnica do campo, a necessária discussão sobre aperfeiçoamento e profissionalização de servidores e agentes públicos?

Procedimentos Metodológicos

Como o Programa existe desde 2004, é possível, assim, fazer um levantamento dos temas dos artigos, das monografias e dissertações, num total de 142 trabalhos, para verificar as interfaces com outras políticas sociais, a presença ou ausência de temas relacionados à gestão pública e verificar em que medida essa produção reflete a ampliação das políticas do Iphan tendo como marco o artigo 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

O trabalho foi realizado por meio de uma avaliação qualitativa do conteúdo da produção bibliográfica do Programa. A análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que vem sendo utilizada com frequência nas pesquisas qualitativas no campo da administração, assim como na psicologia, na ciência política, na educação, na publicidade e, principalmente, na sociologia.

Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, como método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A maioria dos autores refere-se à análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa focada na palavra e que permite produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto e seu contexto social. Nessa metodologia de pesquisa, o texto é um meio de expressão dos sujeitos e os pesquisadores devem buscar categorizar as

unidades dos textos (palavras, frases) que se repetem inferindo uma expressão que as representem.

Para o tratamento dos dados a técnica da análise temática ou categorial foi utilizada e, de acordo com Bardin (2009), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, em identificar os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação e, posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias.

Na fase seguinte, chamada de exploração do material, está o período mais duradouro: a etapa da codificação, na qual são feitos recortes em unidades de contexto e de registro para a fase da categorização.

Já a última fase, do tratamento e inferência à interpretação, permite que os conteúdos recolhidos se constituam em análises reflexivas.

Com o enfoque da análise de conteúdo, foram analisados artigos, monografias e dissertações produzidos pelo Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do Iphan, atual Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do Iphan – PEP – MP/Iphan no período de 2005 a 2013. As etapas foram:

1 - Levantamento e análise de referências bibliográficas que abordavam os conceitos relacionados à pesquisa (ampliação do conceito de patrimônio cultural, formação de agentes públicos, políticas públicas, gestão pública, políticas sociais entre outros);

2 - Levantamento junto ao Mestrado Profissional dos temas dos artigos, monografias e dissertações e sistematização dos dados em planilha;

3 - Classificação da produção bibliográfica em campos semânticos. A metodologia de agrupamento de ideias em campos semânticos é normalmente identificada na Psicologia Social, como um componente da análise de conteúdo e se refere aos empregos de uma palavra segundo os quais ela adquire determinada carga semântica ou quando palavras são agrupadas por uma língua para designar diferentes aspectos de um objeto ou de uma noção para verificar as hipóteses levantadas³. No caso

³. Fonte: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13430>
Acesso em 09/04/2013.

dessa pesquisa, as palavras chave identificadas na produção bibliográfica do programa estudado foram agrupadas em campos semânticos relacionados às áreas de atuação do Iphan.

Esses campos semânticos refletem as ações institucionais do Iphan na preservação do patrimônio cultural brasileiro e foram identificados nas **sessões temáticas** que ocorreram no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural realizado em Ouro Preto – MG entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009, pois identificam as ações institucionais eleitas como mais importantes pela instituição no momento. O objetivo do Fórum “foi a discussão, a reflexão, a construção e avaliação conjunta da Política Nacional de Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2012). Os campos semânticos a serem utilizados para a classificação da produção bibliográfica do PEP – MP foram:

- Patrimônio Arqueológico
- Bens Móveis integrados
- Educação Patrimonial
- Paisagem Cultural e Patrimônio Natural
- Patrimônio Edificado
- Patrimônio Ferroviário
- Patrimônio Imaterial
- Capacitação e Gestão
- Pesquisa, documentação e Informação
- Sítios Urbanos

Além desses mais relacionados à preservação do patrimônio cultural, foi inserido o campo **Museus**⁴;

⁴O campo **Museus** não estava entre as sessões temáticas do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, pois, naquela ocasião, os museus estavam sob a responsabilidade do recém-criado Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009). Porém, antes do ano de 2009, existia um Departamento de Museus no organograma do Iphan, o que levava algumas superintendências da instituição nos estados a solicitar um museólogo para bolsista do PEP-MP.

4 - Levantamento e análise da grade curricular do PEP-MP com o objetivo de identificar a preocupação em tratar do tema gestão de políticas públicas.

Capítulo 1 - Políticas de cultura como políticas sociais

Políticas culturais no Brasil

Nesse primeiro momento, é importante fazer uma retrospectiva que aborde sinteticamente a trajetória das políticas culturais no Brasil. Para tanto, foi utilizada a publicação de RUBIM (2009), inserida na obra Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, resultado do trabalho desenvolvido no Seminário Permanente Políticas Públicas de Cultura do estado do Rio de Janeiro durante o ano de 2009.

Para RUBIM (2012) a trajetória brasileira das políticas públicas de cultura foi baseada nas tradições da ausência, do autoritarismo e da instabilidade. O autor afirma, também, que não se pode pensar a inauguração das políticas culturais nacionais no Brasil Colônia, nem no Brasil Império ou mesmo na República Velha. Esses períodos que se caracterizaram pelo “obscurantismo da monarquia portuguesa”, impunha a denominação sobre as culturas indígenas e africanas e limitava a ocidental por meio de controles rigorosos (proibição de imprensas, censura a livros e a jornais). Com a Independência e a República, o Estado continuava a tratar a cultura como privilégio e ornamento em uma sociedade com alta exclusão social.

Os anos 1930 apresentam a “nova” face do país que representava um pacto de compromisso entre novos atores e velhas elites agrárias e que se caracterizava pela industrialização, urbanização, manutenção do latifúndio, modernismo cultural e construção do Estado nacional centralizado. Esse é o cenário de desenvolvimento do campo cultural e, ainda segundo RUBIM (2012), dois experimentos quase simultâneos inauguram as políticas culturais no Brasil: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo (1935 a 1938) - que por sua prática e ideários, transcende as fronteiras paulistanas - e a implementação do

Ministério da Educação e Saúde pública em 1930 com a presença de Gustavo Capanema, à frente deste Ministério no período de 1934 até 1945.

Para RUBIM (2012) as contribuições de Mário de Andrade inovaram em:

1) Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2) pensar a cultura como algo “tão vital como pão”; 3) propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas-artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, entre outras, as culturas populares; 4) assumir o patrimônio não só como material tangível e possuído pelas elites mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5) patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do Brasil e de sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais.

A inovação teve a importante participação do ministro Gustavo Capanema, a quem estava subordinado o setor nacional da cultura durante o governo Getúlio Vargas. “Esteticamente modernista e politicamente conservador”, Capanema continuou no ministério com a implementação da ditadura do Estado Novo em 1937. Apesar disso, acolheu muitos intelectuais e artistas progressistas como Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer, entre outros (RUBIM, 2012).

Com essa dualidade, o Estado nacional passou a realizar intervenções na área da cultura que combinava opressão, repressão e censura, inerente a qualquer ditadura com o desenvolvimento de formulações, práticas, legislações e instituições. Assim, o governo Getúlio Vargas inaugurou uma atuação sistemática do Estado na cultura. Entre outros procedimentos, foram criadas as legislações para o cinema, a radiodifusão, as artes, as profissões culturais e organismos culturais.

Cabe destacar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). O Serviço, depois Instituto ou Secretaria⁵ terá como foco a preservação do patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental.

⁵ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970 assume a denominação de Instituto (IPHAN) e em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN.

Com isso, o Sphan define sua atuação, desenvolve competência técnica qualificada e profissionaliza seu pessoal.

Para RUBIM (2012), a opção elitista e a não interação com as comunidades interessadas nos sítios preservados impediram o Sphan de acompanhar e ampliar o desenvolvimento das políticas de patrimônio.

No período de 1945 a 1964, o desenvolvimento da cultura brasileira, em quase todas as suas áreas, não tem correspondência com o que se dá nas políticas culturais nacionais. Estas, com exceção da atuação do Sphan praticamente inexistem. Ocorrem apenas intervenções pontuais: a instalação do Ministério da Educação e Cultura - MEC em 1953; a expansão das universidades públicas, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - Iseb, vinculado ao MEC.

No entanto, a atuação de instituições não estatais ganha força e produz repercussões na área cultural e no Estado. Os Centros Populares de Cultura (CPCs), da União Nacional dos Estudantes (UNE), instalados no Rio de Janeiro e em outras cidades movimentam a juventude ainda que tenham vida curta, pois serão fechados em 1964 juntamente com o Iseb. Outra intervenção é a do Movimento de Cultura Popular (MCP), desencadeados pelos governos municipal e estadual de Miguel Arraes, onde aparece o professor Paulo Freire com seu método pedagógico que une educação e cultura. Esse movimento expandiu-se para outros estados e também foi bloqueado pelo golpe de 1964.

A ditadura militar reafirmou a tradição do autoritarismo nas políticas culturais. Para RUBIM (2012) os militares “reprimiram, censuraram, perseguiram, prenderam, assassinaram, exilaram intelectuais, artistas, cientistas e criadores populares mas, ao mesmo tempo, constituíram uma ‘agenda’ nada desprezível para a (re)configuração da cultura no país”. A ditadura estimula a predominância de um circuito cultural dominado pela cultura midiaticizada. Com esse objetivo, a instalação da infraestrutura de telecomunicações, a criação de empresas e a implementação de uma lógica de indústria cultural são realizações dos governos militares que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país de acordo com a política de “segurança nacional”.

No fim do regime militar, em uma longa transição, a violência diminui e o regime passa a ter iniciativas político-culturais. Para realizar essa transição sob sua hegemonia, o regime busca cooptar profissionais da cultura, inclusive com a ampliação de investimentos na área. Pela primeira vez o país terá um Plano Nacional de Cultura (1975) e diversas instituições culturais são criadas. Dois movimentos merecem destaque: 1) a criação e o desenvolvimento da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e 2) as mudanças organizacionais, de pensamento e ação associadas à figura de Aloísio Magalhães.

Em sua rápida trajetória durante esses anos, Aloísio criou ou alterou organismos culturais até a sua morte prematura em 1982. Sua nova visão aliada à sua criatividade e relações com alguns setores militares, trouxe uma mudança nas antigas concepções de patrimônio vigentes no país. Esse período será retomado no final desta retrospectiva sobre as políticas culturais, pois é fundamental para compreender **o primeiro momento em que tais políticas foram consideradas políticas sociais.**

A terceira tradição das políticas culturais no Brasil, a que se refere RUBIM (2012), é resultado da conjugação da ausência de políticas integradoras e consistentes com o autoritarismo político, ou seja, esses fatores contribuem para a instabilidade institucional.

O setor de cultura fez parte do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) até compor o Ministério da Educação e Cultura em 1953 somente depois de três décadas para a independência e autonomia da cultura em um único ministério, o Ministério da Cultura criado em 1985 por José Sarney. Em 1990, no entanto, foi desmantelado por Fernando Collor de Mello, quando foi transformado em Secretaria em 1990 e recriado em 1993 por Itamar Franco, comprovando a tradição da instabilidade. (RUBIM, 2012)

Em dez anos (1985 – 94) foram responsáveis pelos órgãos nacionais de cultura dez dirigentes: cinco ministros no governo Sarney, dois secretários no governo Collor e três ministros no governo Itamar Franco.

Além disso, o governo Collor praticamente erradicou as políticas públicas de cultura no governo federal acabando com o Ministério reduzindo-o a uma secretaria e extinguindo vários órgãos. Outra ambiguidade foi a criação, em 1986, da chamada Lei Sarney, primeira lei brasileira de incentivos fiscais, que introduziu uma ruptura com os

modos de financiar a cultura. O Estado reduzia o financiamento direto e propunha que as verbas fossem buscadas no mercado. Porém, esse dinheiro era de origem pública, pois era decorrente do mecanismo da renúncia fiscal. Apesar disso, o poder de decisão era privatizado. A lógica das leis de incentivo torna-se imperiosa do financiamento à cultura no Brasil. Ocorreu a identificação entre políticas culturais e leis de incentivo. O Estado confirmava sua ausência no campo cultural em tempos de democracia.

Essa lógica de uma quase identidade entre mercado e Estado nas políticas culturais é reafirmada no governo Fernando Henrique Cardoso. As leis de incentivo foram “entronizadas” como política cultural (RUBIM, 2012). Aliás, a retração do Estado se dá em praticamente todas as áreas na implementação de um projeto neoliberal para o Brasil. O poder de deliberação de políticas culturais passa do Estado para as empresas e seus departamentos de marketing com uso quase exclusivo de recursos públicos, ausência de contrapartidas e concentração de recursos para institutos criados pelas próprias empresas financiadoras além da concentração regional dos recursos (eixo Rio – São Paulo).

Para RUBIM (2012):

Com exceção de algumas políticas setoriais, como as de bibliotecas e patrimônio (projeto Monumenta), bem como a legislação acerca do patrimônio imaterial, o longo período de oito anos de estabilidade da direção do Ministério da Cultura, contraposto ao quadro anterior de instabilidade, pouco colaborou para a consolidação institucional do Ministério.

Na gestão Gilberto Gil, a partir de 2002, o papel ativo do Estado tem se concretizado em diversas áreas das políticas culturais. O desafio de formular e implementar políticas culturais na democracia foi posto na agenda do Ministério. Ocorreram seminários, as câmaras setoriais, as conferências regionais que culminaram na Conferência Nacional de Cultura (CNC).

A continuidade desse modelo e a sua ampliação para a contemporaneidade do Ministério exige o enfrentamento de desafios. A continuidade do Sistema Nacional de Cultura, a implementação do Plano Nacional de Cultura, a continuidade do Programa Cultura viva com os Pontos de Cultura, a formulação de uma política nacional de financiamento que recoloca o Estado em seu devido lugar entre outros são enfrentamentos cruciais para uma política pública de cultura.

Políticas culturais: períodos de aproximação com as questões sociais

Em alguns períodos das políticas culturais no Brasil, é possível identificar práticas ou conceitos que se aproximam ao que hoje é denominado conjunto de políticas sociais.

As políticas sociais podem ser apreendidas como

(...) um conjunto de iniciativas públicas com o objetivo de realizar fora da esfera privada o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população.” (JACCLOUD, 2009, p. 60.)

Segundo a autora, é muito comum a identificação das políticas sociais nas áreas da saúde, educação, previdência, assistência social e trabalho, enquanto as áreas mais transversais como habitação, cultura e igualdade racial não são abordadas.

A cultura pode ser vista como uma política social capaz de promover oportunidades e resultados, impactando positivamente no combate à pobreza e às desigualdades. Segundo Barbosa, Ellery e Mundlej (2009), é possível apontar como possibilidades de desenvolvimento social a partir da cultura: a ampliação das capacidades individuais e de oportunidade, uma vez que a cultura viabiliza o enriquecimento simbólico da vida pessoal e social dos cidadãos; a geração de renda e oportunidades, uma vez que pode se associar a dinamismos econômicos; e a promoção da autoestima, indissociável dos princípios de igualdades, liberdade, oportunidades e equidade, ao se alinhar com outras instituições básicas de educação, políticas de renda e trabalho.

Assim, é possível apontar em alguns períodos da história das políticas culturais no Brasil um ou mais desses elementos que caracterizam as políticas sociais: a) o período em que Mário de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo (1935 a 1938), b) o período da criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) que tinha como figura central Aloísio Magalhães (1927-1982) e c) o momento atual a partir da gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura.

Mário de Andrade: uma noção ampliada de patrimônio cultural

A atuação de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo - que pelas práticas e ideais ultrapassaram as fronteiras paulistas - e a criação do anteprojeto de sua autoria para a criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Nacional encaminhado ao Ministro da Educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, em 1935, foram marcos na inauguração das políticas culturais no Brasil. Nesse anteprojeto, Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio cultural muito avançada para seu tempo. A definição de arte no anteprojeto (“arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”) se aproxima da concepção antropológica de cultura. A ênfase nessa noção de arte não significa uma posição esteticista (FONSECA, 2005). A preocupação em explicitar o que entende por cada uma das categorias de arte (arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras), e como elas se agrupariam nos Livros do Tombo e nos museus correspondentes, indica uma visão abrangente e avançada para a época em relação às noções de arte e história vigentes.

Para FONSECA (2005), entre os museus nacionais preconizados por Mário de Andrade, por ele definidos como agências educativas, o destaque, no anteprojeto, é dado aos museus técnicos, na época ainda pouco conhecidos no Brasil. Seriam museus pedagógicos, em que a técnica é apresentada a serviço do conhecimento dos ciclos econômicos do Brasil em uma abordagem histórica. Mais avançada ainda era a concepção de Mário de Andrade sobre os museus municipais que deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos e os critérios de seleção das **peças ditados pelo valor que apresentam para a comunidade local**. A referência seria a **identidade local**. Como observa Mário Chagas (1991), “a narrativa museológica, nesse caso, deveria surgir do diálogo com a população interessada na constituição do museu.”

FONSECA (2005) afirma que:

(...) o anteprojeto de Mário define com clareza (embora essa não fosse uma questão relevante na época) o alcance e os limites da participação social na construção dos patrimônios históricos e artísticos, apontando as diferenças e as peculiaridades dos níveis nacional e local e caracterizando **a função social** do intelectual como mediador entre os interesses populares e o Estado. (...) a preocupação maior de Mário de Andrade não se restringia à conceituação de patrimônio, mas também dizia respeito à caracterização da função social do órgão. O que implicava detalhar atividades que facilitassem a comunicação com o público. (grifos nossos).

Assim, é possível identificar alguns elementos das chamadas políticas sociais nesse período da década de 1930, principalmente os que relacionam a cultura à ampliação das capacidades individuais e das oportunidades e à promoção da autoestima.

Aloísio Magalhães: o conceito de referência cultural

Ao ser criado em julho de 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) definia como seu objetivo “o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira.” (Cf. FONSECA, 2005), posteriormente FNPM Fundação Nacional Pró-Memória, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura na Secretaria de Patrimônio Histórico (em 1979). Os fundamentos que justificavam a existência do CNRC foram formulados por Aloísio Magalhães⁶, com a colaboração dos funcionários do CNRC e de consultores externos. Segundo FONSECA (1997), para Aloísio, nas décadas de 1950 e 1960, de um lado, estava a cultura oficial referida a um passado “morto” que era museificado; por outro lado, estava a absorção acrítica de valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado.

⁶Aloísio Barbosa Magalhães (Recife - PE - 1927 - Pádua, Itália 1982). Pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. Em 1956, com bolsa concedida pelo governo americano, viaja aos Estados Unidos, onde se dedica às artes gráficas e à programação visual. Em 1960, volta ao Brasil e abre um escritório voltado à comunicação visual, campo no qual é um dos pioneiros no país, e realiza projetos para empresas e órgãos públicos. Em 1979, é nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro. Em 1979, é nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro.

Aloísio acreditava que a reação a esse processo deveria ser buscada na cultura da diversidade. Era preciso buscar raízes vivas da identidade nacional. No projeto do CNRC a pretensão era a de cruzar dois mundos: o mundo avançado da tecnologia e da indústria ao mundo das tradições populares, do fazer artesanal com o objetivo de fornecer indicadores para um desenvolvimento próprio do país. O principal interlocutor do CNRC era o Estado (FONSECA, 2005), então protagonista dos projetos de desenvolvimento para o país. O discurso de Aloísio encontrou receptividade junto a esses interlocutores.

A mesma autora afirma que:

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socioeconômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente aqueles bens que o Iphan considerava fora de sua escala de valores. E, gradualmente, a preocupação com os “novos patrimônios” passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a ideia de “devolução” dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, com sua participação enquanto parceiros. FONSECA (2012)

Os trabalhos de preservação no CNRC foram orientados a partir da noção de “referência cultural”⁷ o que significava buscar formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber fazer”, como também o destino de sua própria cultura.

Portanto, no período do CNRC e da Fundação Nacional Pró-Memória, na década de 1970, há, fortemente presente, a identificação de políticas culturais como políticas sociais na medida em que se defende as referências culturais como geradora de novas oportunidades de renda para os seus produtores e inserção das referências culturais das comunidades como eixo de desenvolvimento local.

⁷ A noção de “referência cultural” para FONSECA (2012) pressupõe “a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão, de ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico”.

A cultura e o patrimônio cultural hoje

Para a análise do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - IPEA (2009), a Constituição Federal de 1988 fez, pela primeira vez na história constitucional brasileira, referência aos direitos culturais.

Esses direitos podem ser delimitados como direitos especiais relacionados à memória, à transmissão e à proteção do patrimônio material e imaterial; ou podem ter uma extensão semântica ampla, sendo então relacionados ao direito ao desenvolvimento cultural, conceito que pode abranger os aspectos socioeconômicos e o direito à diversidade e à participação social. (IPEA, 2009)

No governo Lula quando o Ministério da Cultura (MinC) esteve sob a gestão de Gilberto Gil e, depois, Juca Ferreira, houve a defesa de que as políticas culturais deveriam se constituir em políticas de Estado. Foram desenvolvidas ações referentes às políticas da diversidade e da economia da cultura, no incentivo ao associativismo cultural, à política nacional de museus, na construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e no aumento de recursos para a área.

Ainda na mesma análise do IPEA (2009), cabe destacar três iniciativas que são objeto da atuação política do atual MinC. A primeira delas é a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que foi apresentada pela Emenda à Constituição nº 71 de 29 de novembro de 2012. A segunda é a instituição do Plano Nacional de Cultura - PNC, Lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010. A terceira iniciativa não foi proposta no governo Lula, mas, mesmo lhe sendo anterior, é fortemente apoiada pelo MinC e se refere ao aumento de recursos orçamentários, seja na programação anual ou na iniciativa de vinculação de recursos orçamentários de cada nível de governo.

Outro fator importante para um novo modelo para as políticas culturais foi a ampliação do conceito de cultura. A adoção da noção antropológica do conceito permite que o Ministério desloque o foco somente na cultura erudita e amplie sua multifocalidade para outras culturas: populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientações sexuais, das periferias, da mídia audiovisual, das redes sociais entre outras. Dois outros movimentos são centrais na construção de políticas de Estado que, transcendendo governos, possam viabilizar políticas nacionais mais permanentes: a

implementação e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura, aprovado no Congresso Nacional em 2012. A institucionalização do Ministério se consolida com sua atuação cada vez mais nacional e descentralizada, por meio de diversos projetos, com destaque para os Pontos de Cultura. Estes são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura do Brasil e implementados por instituições governamentais ou não-governamentais, que visam a realização de ações de impacto sócio-cultural nas comunidades. O Ponto de Cultura é a ação prioritária e o elemento de articulação entre as demais atividades do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. No período de 2004 até 2011, o Programa Cultura Viva apoiou a implementação de 3.703 Pontos de Cultura, presentes em todos os estados do Brasil, alcançando cerca de mil municípios.⁸

Como já apontado, a promulgação da Constituição Federal de 1988 incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro um conceito de cultura mais ampliado e complexo. Em particular, o conceito de “patrimônio cultural” passou a ser compreendido a partir de referenciais marcadamente antropológicos de cultura. O artigo 216 da CF de 1988 traz a definição de Patrimônio Cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(CF 1988)

A política de patrimônio cultural referente a esse conceito ampliado, no entanto, só efetivou-se legalmente com o Decreto 3551, de 04 de agosto de 2000, que “instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Cultural e dá outras providências”. Tal política viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. As diretrizes do PNPI são:

⁸<http://www2.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-acoas/cultura-viva/pontos-de-cultura-2/> Acesso em 28 de maio de 2013

- Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial;
 - Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio;
 - Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam a sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação;
 - Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco;
 - Respeitar e proteger os direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.
- (IPHAN, 2008)

A relação entre políticas culturais e políticas sociais é reforçada pela própria Constituição Federal de 1988 que afirmou os direitos culturais e inseriu a cultura e o meio ambiente na área das políticas sociais (Título IV - Da ordem Social). A cultura objeto de política pública é definida pela CF/88, além do Art. 216 já citado, pelo Art. 215:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (CF 1988)

Desta forma, nota-se que a política cultural congrega diversas dimensões.⁹ A dimensão simbólica no qual se afirma que todo indivíduo produz e reproduz constantemente códigos e expressões culturais. A dimensão cidadã que destaca, no campo cultural, a possibilidade de ampliação das capacidades individuais e coletivas, a necessidade de se garantir direitos, entre eles os das identidades culturais, da memória entre outros. Por fim, a dimensão do desenvolvimento sustentável na qual se vê a cultura como promotora de oportunidades econômicas e geração de renda.

Essas dimensões são fundamentais para o entendimento das políticas culturais como políticas sociais.

Dessa forma, entendendo as políticas culturais como políticas sociais, faz-se necessário que a formação de agentes para tais políticas fomentem e valorizem a diversidade cultural e considerem a cultura e o patrimônio cultural como um possível

⁹Essa perspectiva das três dimensões da cultura consta também no Plano Nacional da Cultura desenvolvido pelo Ministério da Cultura.

eixo de desenvolvimento local. Levar em consideração as especificidades culturais do território brasileiro para a implementação de políticas públicas é fundamental para que estas sejam eficazes e efetivas. Certamente a valorização da diversidade cultural potencializa e afirma as dinâmicas sociais locais, firma e evidencia interações comunitárias fortalecendo-as em direção a processos sustentáveis entre grupos e seus locais.

A necessária formação de agentes públicos das políticas culturais em gestão de políticas públicas

Além da compreensão mais técnica do campo do patrimônio cultural, foi abordado nessa pesquisa o tema da formação e qualificação dos agentes públicos¹⁰ para a gestão das políticas públicas.

Compreendem-se políticas públicas como um fluxo de decisões públicas, “orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAVIA, 2006). Esse autor considera as políticas públicas como estratégias que apontam para diversos fins almejados por diversos grupos que participam dos processos decisórios. Assim, a política pública:

é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006)

Esse campo de estudos, para o mesmo autor, passou por uma grande mudança ao longo de sua trajetória: a passagem de perspectivas “organizacionais”, centradas na análise de normas e estruturas, para abordagens que enfocavam essencialmente o processo decisório, cuja concentração está no comportamento de atores integrantes.

Nestes termos, a qualificação do corpo técnico, gerencial é uma dimensão importante na melhoria da gestão pública. Para MARQUES (2012),

¹⁰Agente Público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública. Tal definição tem origem na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), em seu art. 2º. De forma sucinta, percebemos que agente público é toda pessoa física que presta serviços em nome do Estado, de forma remunerada ou gratuitamente, permanentemente ou transitoriamente, politicamente ou administrativamente.

a profissionalização dos servidores públicos constitui, em verdade, a pedra angular desse alicerce. Ela é condição imprescindível para que se possa conjugar a liderança, os conhecimentos e os métodos requeridos para a excelência no setor público. O corpo funcional preparado do ponto de vista técnico e gerencial aumenta a capacidade de respostas efetivas do Estado às demandas sociais (...)

Para CARVALHO (2012), após o regime militar, o país retomou a via democrática em 1985 e em 1988 editou a Constituição Federal que trouxe inovações para a agenda política e social a questão dos direitos à cidadania. Uma de suas diretrizes, foi a descentralização administrativa o que implicou na necessidade do pacto federativo com atribuições de responsabilidades às três esferas – municipal, estadual e federal – com aumento da complexidade na elaboração e na implementação das políticas públicas.

A capacitação dos servidores públicos no Brasil é, portanto, um desafio complexo, por envolver a responsabilidade dos entes federativos, que possuem autonomia político-administrativa em sua atuação, mas com necessidades de articulações e cooperação para a viabilização das políticas públicas descentralizadas. Essa situação gera novas demandas que fazem com que o Estado direcione seus esforços para a valorização e capacitação de seus quadros. Essa demanda por capacitação é bastante diversificada no que se refere a conteúdos, campos de conhecimento e competências a serem desenvolvidas.

Para MARQUES (2012), a capacidade de governo na gestão das políticas públicas não está relacionada somente à disponibilidade de recursos ou tecnologia. O sucesso desse processo depende da “mobilização de atributos ou competências gerenciais”. É necessário que os agentes públicos, portanto, tenham habilidades para transformar planos estratégicos em ações, liderar equipes e coordenar processos de trabalho em prol de resultados.

Portanto, para além de conteúdos mais técnicos relacionados aos campos de conhecimento dos diferentes órgãos da administração pública, é necessário que os programas de formação relacionados à atuação do Estado contemplem áreas temáticas que abordem a complexidade existente na seara das políticas públicas. Questões relacionadas, por exemplo, ao desenho, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, à coordenação e arranjos intersetoriais, às redes, à gestão da informação, às fontes de dados e indicadores não podem ficar de fora de um programa

de capacitação que atue na formação de servidores públicos ou de quem atue no campo das políticas públicas.

No caso do PEP – MP é necessário verificar se tais preocupações estão presentes em sua grade curricular e na produção bibliográfica do Programa.

Capítulo 2 – O histórico do PEP – MP

O Programa de Especialização em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissional do Iphan teve origem em uma sugestão de criação de um programa de estágio profissional na instituição proposta pelo Departamento de Patrimônio Material (Depam). A proposta denominava-se “Patrimônio do futuro: novos talentos” e objetivava oportunizar a recém-graduados a vivência profissional em uma instituição de preservação do patrimônio cultural.

Segundo Lia Motta (Iphan, 2010), naquele momento o Iphan passava por um longo período sem a perspectiva de recomposição de seu quadro profissional, o que evidenciava a necessidade de repassar a experiência institucional a novos profissionais além de formar quadros para o campo da preservação.

A implantação e desenvolvimento do projeto foram atribuídos à recém-criada Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação – Copedoc. Esta deveria trabalhar numa proposta

(...) que contribuísse para uma formação interdisciplinar, diante do princípio de que não há disciplina que detenha, exclusivamente, as formulações teórico-metodológicas relativas à preservação do patrimônio cultural, nem uma área de formação profissional que prepare especificamente para esse ofício. (IPHAN, 2010)

Para viabilizar a proposta, seriam concedidas bolsas de estudos aos recém-graduados que seriam selecionados por meio de edital público. Também ficou estabelecido que a Unesco – Organização das Nações unidas para a Educação, Ciência e Cultura seria convidada como parceira na formulação e desenvolvimento da fase experimental do projeto. Esta se mostrou receptiva e iniciaram-se, então, as discussões que resultaram na formulação de um programa de formação institucional denominado Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan – PEP.

Desde o início definiu-se que o formato do Programa deveria incluir, além do estágio dos bolsistas, supervisionados por técnicos do Iphan nas diversas unidades descentralizadas em todo o país, atividades relacionadas ao aprendizado teórico-metodológico no campo da preservação. Lia Motta (IPHAN, 2010) lembra que, em relação aos temas a serem desenvolvidos pelos alunos do programa, determinou-se que as unidades descentralizadas do Iphan apresentariam suas demandas e indicariam os

supervisores para acompanhá-los. No primeiro ano de funcionamento do Programa (2005) foi introduzida como prática didática, a produção científica dos bolsistas com base na experiência cotidiana de trabalho nas superintendências do Iphan nos estados da Federação. Esses trabalhos tinham o formato de artigos e muitos deles foram publicados na série Patrimônio: práticas e reflexões (IPHAN 2007 e IPHAN 2009).

A proposta do PEP tinha, também, a intenção de se somar a outras propostas institucionais no sentido de atender às novas concepções de patrimônio inauguradas com a Constituição Federal de 1988 e com o Decreto 3551 de 04 de agosto de 2000 que estabeleceu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), “abranger uma maior diversidade de bens culturais e construir novos sentidos para a valorização e gestão dos bens há muito protegidos” (IPHAN, 2010).

Outro ponto importante para o PEP diz respeito à potencialidade da relação a ser estabelecida entre os técnicos da instituição e os bolsistas na medida em que poderia significar a reflexão sobre a prática cotidiana da instituição como estratégia de ensino-aprendizagem. Além disso, estava previsto, também, o aprendizado da história, da teoria, das políticas de preservação e a análise de estudos de caso que seriam contemplados em oficinas nacionais presenciais.

Ensaivavam-se, assim, os princípios de um projeto político-pedagógico com base no investimento na produção de conhecimento, superando a ideia de que se ensina aquilo que está pronto, em prol da ideia de que se pode aprender com o que se ensina e da compreensão de que o ato de ensinar é um exercício de troca, com vistas à construção social e/ou coletiva do conhecimento.

Duas turmas participaram da **fase experimental** do PEP, que contou com o apoio da Unesco : as turmas de 2005 e 2006. Nessa fase foi possível formalizar os principais procedimentos do Programa e contar com consultores selecionados pela Unesco.

Na terceira Turma (2007), o Programa contou com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de sua Fundação José Bonifácio (FUJB). Na estrutura da Universidade, o Laboratório de Pesquisa sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) assumiu a coordenação das atividades, dispondo de um recém-doutor e de profissional para apoio pedagógico.

Desde sua implantação, o PEP passou por inúmeros aperfeiçoamentos e, dentre os últimos, a consolidação da Especialização em um formato de programa de pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, a extinção do Programa de Especialização deve-se à sua transformação em um Mestrado Profissional, seguindo todas as determinações previstas nas portarias da Capes (Portaria 17, de 28 de dezembro de 2009, e Portaria 80, de 16 de dezembro de 1998), com especial atenção para a consolidação de um corpo docente interdisciplinar qualificado, com experiência profissional, produção intelectual e técnico-científica reconhecidos. A maior parte do corpo docente, permanente e colaborador, do MP/IPHAN e os participantes externos, já atuavam no Programa de Especialização. (Nakamura, 2011)

Conhecido também como mestrado profissionalizante, o "Mestrado Profissional" é a designação do Mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional.

De acordo com a Portaria Normativa nº. 07, de 22 de junho de 2009 que “Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES”, a criação desse tipo de formação no Brasil decorre da “necessidade de estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público; da necessidade em identificar potencialidades para atuação local, regional, nacional e internacional por órgãos públicos e privados, empresas, cooperativas e organizações não-governamentais, individual ou coletivamente organizadas”.

O grau de mestrado profissional confere idênticos grau e prerrogativas do mestrado acadêmico, inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso (Parecer CNE/CES 0079/2002).

Em síntese, o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do IPHAN foi a reorganização do PEP do ponto de vista da inserção de Módulos de aulas presenciais no Palácio Gustavo Capanema (Rio de Janeiro/RJ), reforçando a importância desse local como centro de formação, do fortalecimento da pesquisa na Copedoc, da necessária certificação (reconhecimento) de um programa de formação em nível de pós-graduação

e dos anseios em consolidar o espaço de formação em Patrimônio Cultural no IPHAN, atendendo demandas internas e externas.

A proposta de criação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural do IPHAN é a única formação em Patrimônio Cultural no Brasil que abrange alunos de várias áreas de conhecimento, conseqüentemente, enquadra-se no campo multidisciplinar e tem como objetivo uma formação interdisciplinar, baseada em duas linhas fundamentais para formação do aluno: prática instrumentalizada e produção técnico-científica.

Capítulo 3 - Análise dos dados

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a produção bibliográfica do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional – PEP/MP formação com a intenção de investigar: a) se os artigos, monografias e dissertações produzidas entre 2005 e 2013 pelos alunos do Programa, refletem a nova concepção de patrimônio cultural definida no artigo 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; b) se tal produção bibliográfica incorpora em seu escopo a preocupação em considerar as políticas públicas de patrimônio cultural como políticas sociais; c) se essa produção apresenta a preocupação com a gestão de políticas públicas já que as políticas de patrimônio cultural, para além de sua especificidade técnica, pertencem ao rol das políticas públicas e, como tais, não podem prescindir da discussão conceitual desse campo de conhecimento.

Para as respostas ao **item a**, foi realizada a classificação da produção bibliográfica em campos semânticos. A metodologia de agrupamento de ideias em campos semânticos, como se disse, é normalmente identificada na Psicologia Social, como um componente da análise de conteúdo e se refere aos empregos de uma palavra segundo os quais ela adquire determinada carga semântica ou quando palavras são agrupadas por uma língua para designar diferentes aspectos de um objeto ou de uma noção para verificar as hipóteses levantadas. No caso dessa pesquisa, as palavras chave identificadas na produção bibliográfica do programa estudado foram agrupadas em campos semânticos relacionados às áreas de atuação do Iphan.

Esses campos semânticos refletem as ações institucionais do Iphan na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Essas ações, por sua vez, são identificadas nas **sessões temáticas** que ocorreram no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural realizado em Ouro Preto – MG entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009.

É importante lembrar que a seleção dos bolsistas para o PEP – MP inicia-se com um edital elaborado pela Coordenação de Pesquisa e Documentação – Copedoc do Departamento e Articulação e Fomento - DAF, com a participação das Superintendências do Iphan nos estados. As vagas demandadas pelo edital, dessa forma, correspondem, em regra, às demandas de ações institucionais de cada uma das unidades

representativas do Iphan nos estados. Em virtude desse aspecto, os projetos de pesquisas quase sempre estão relacionados às demandas de força de trabalho pontuais nos estados.

Dessa forma, foram realizadas leituras dos resumos e considerações finais dos 142 trabalhos nas categorias das sessões temáticas do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural que ficaram assim agrupadas:

Categorias	Nº de trabalhos
Bens Móveis Integrados	08
Patrimônio Arqueológico	12
Patrimônio Edificado	13
Sítios Urbanos	26
Pesquisa e Documentação	23
Museus	05
Capacitação e Gestão	08
Educação Patrimonial	15
Paisagem Cultural e Patrimônio Natural	07
Patrimônio Ferroviário	02
Patrimônio Imaterial	23
Total de trabalhos	142

Para responder se os trabalhos refletem a noção ampliada de patrimônio cultural e se os trabalhos incorporam em seu escopo a preocupação em considerar as políticas de patrimônio cultural como políticas públicas e, mais especificamente, como políticas sociais, foram priorizadas três questões analisadas nos resumos e considerações finais dos trabalhos:

- Existe a percepção de que as políticas de preservação são políticas públicas?
- Existe a percepção da política de patrimônio cultural como política social?
- É possível perceber o uso do conceito ampliado de patrimônio cultural?

Na consolidação geral dos dados dos 142 trabalhos, a análise sobre a percepção das políticas de preservação como políticas públicas teve como resultado:

Questões	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
	%	%	%
Existe a percepção de que as políticas de preservação são políticas públicas?	49 35%	93 65%	142 100%

Como um dos objetivos da pesquisa foi o de perceber se a produção bibliográfica do PEP – MP ao menos tangencia a questão da gestão de políticas públicas, a análise apontou que em 65% dos trabalhos (93) essa questão não é identificada. Isso pode ser explicado pela tendência do Programa em focar a questão mais conceitual e técnica do campo da preservação e pela ausência desse campo temático na grade curricular do PEP – MP.

Como já apontado, apesar de apresentar excelência técnica no campo da preservação do patrimônio cultural, o PEP – Mestrado Profissional prescinde de formação na área de gestão de políticas públicas. Além de perceber se essa preocupação estava presente na produção bibliográfica, foram analisados documentos relativos ao mestrado Profissional do Iphan na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e na Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação – Copedoc.

O “Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural” (PEP/MP/IPHAN) é reconhecido como pós-graduação *stricto sensu* na área de avaliação da CAPES interdisciplinar. O grau de mestrado profissional confere idêntico grau e prerrogativas do mestrado acadêmico, inclusive para o exercício da docência, e, como

todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, tem a validade nacional condicionada ao reconhecimento prévio do curso (CNE/CES 0079/2002).

Os créditos necessários para a titulação são: 96 para as disciplinas cursadas, 24 para a dissertação e 20 para outras atividades que incluem leituras dirigidas e seminários profissionais.

A área de concentração é “**Interdisciplinaridade e preservação do patrimônio cultural**”. O objetivo do Programa é possibilitar a imersão do mestrando nas práticas de preservação do patrimônio cultural e, a partir do conhecimento aplicado, reflexivo e analítico, capacitar o aluno para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que atendam às necessidades práticas e teóricas do campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil (Nakamuta, 2011).

As linhas de pesquisa do Programa estão assim estruturadas:

Patrimônio Cultural: história, política e sociedade: visa abranger os estudos relativos ao pensamento social, histórico e político da preservação do patrimônio cultural. Analisa os processos sociais, a historiografia e as narrativas em torno da noção de patrimônio cultural e das ações para a sua preservação em perspectiva comparativa. Enfoca os fundamentos teórico-conceituais e suas implicações sociais e políticas, compreendendo as relações entre os diversos agentes sociais, as representações e os processos de atribuição de valor que compõem as narrativas do patrimônio cultural. Busca também uma ampla compreensão das formas de proteção do patrimônio cultural ao longo do tempo, a partir da análise de normas, textos e relatos orais.

Patrimônio Cultural: instrumentos, metodologias, informação e desenvolvimento: visa atender às demandas referentes à aplicação de mecanismos de preservação do patrimônio por meio do desenvolvimento e do estudo crítico de técnicas, metodologias, modelos constitutivos dos sistemas de gestão e da compreensão do arcabouço legal, institucional e instrumental de proteção do patrimônio cultural. Focaliza as formas de sistematização da informação e do desenvolvimento de técnicas de difusão do conhecimento no campo do patrimônio cultural. Abarca também estudos sobre o desenvolvimento de projetos, dos processos de gestão integrada, e sobre os arranjos produtivos no campo da preservação do patrimônio articulados ao desenvolvimento nacional, regional e local.

As disciplinas obrigatórias são:

Arte e Patrimônio: construção de sentidos

Conservação e Requalificação Urbana

Constituição do Campo do Patrimônio I e II

Espaço e Patrimônio

Identidade e Patrimônio Cultural

Instrumentos de Valoração e Identificação do Patrimônio Cultural

Memória e Patrimônio Cultural

Metodologia de Pesquisa I e II

Patrimônio Arqueológico: legislação e pesquisa

Patrimônio Cultural e Educação

Patrimônio e Propriedade Intelectual

Patrimônio, Cidadania e Diversidade Cultural

Patrimônio, Economia e Sustentabilidade

Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural

Proteção Jurídica do Patrimônio Cultural

Práticas Supervisionadas I, II e III

As disciplinas eletivas são:

Acervos Documentais: preservação e acesso

Coleções e Acervos: proteção legal e pesquisa

Registro: estudos de casos

Tombamento: estudos de casos

Paisagem Cultural e Patrimônio

Teoria da Conservação e da Restauração

Analisando as ementas e bibliografias das disciplinas foram identificadas a ausência de áreas temáticas e bibliografias que abordem a complexidade existente na seara das políticas públicas. Questões relacionadas, por exemplo, ao desenho, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, à coordenação e arranjos intersetoriais, às redes, à gestão da informação, às fontes de dados e indicadores não podem ficar de fora de um programa de capacitação que atue na formação de servidores públicos ou de quem atue no campo das políticas públicas.

Na disciplina **Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural** onde essas questões poderiam estar presentes, os principais autores do campo de conhecimento Políticas Públicas e Gestão não constam na ementa da disciplina assim identificada: Patrimônio na esfera do Estado. O patrimônio como valor nas esferas nacional, estadual e municipal. Participação dos estados e dos municípios na gestão do patrimônio. Descentralização administrativa dos anos de 1990. Organização contemporânea do Estado brasileiro.

Com exceção dos dois últimos itens da ementa, o que se percebe é o foco exclusivo nas políticas públicas de patrimônio, prescindindo na discussão mais ampla do campo. Além disso, autores e temáticas fundamentais do campo da gestão de políticas públicas não estão presentes na bibliografia da disciplina.

No que se refere à implementação e coordenação de políticas públicas, publicações como as da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, reconhecidas por contribuir significativamente com o debate nesse campo, não constam da bibliografia da disciplina.¹¹

Da mesma forma, não é identificada na disciplina bibliografia básica sobre conceitos relacionados a programas e projetos.¹²O debate em torno de indicadores e

¹¹ Saravia, E.; Ferrarezi, E. (Orgs.) Políticas Públicas: coletânea. Vol1 e Vol.2. Brasília: ENAP, 2006.

¹² Como referência básica, poderiam constar: Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos. EUA: PMI, 2004. 3 ed. ; Giacomoni, James e Pagnussat - Planejamento e orçamento

metodologias de monitoramento e avaliação de políticas públicas não é apresentado na bibliografia da disciplina. Autor como Paulo Jannuzzi que reconhecidamente contribuiu com o tema além de vasta atuação profissional no campo, também não é identificado.¹³

Entendendo as políticas de patrimônio cultural como políticas públicas de Estado, seria fundamental uma abordagem sobre as perspectivas teóricas sobre o Estado. Autores clássicos como Raymundo Faoro, Oliveira Viana e Bresser Pereira certamente iriam contribuir com a formação dos bolsistas do Mestrado Profissional do Iphan.¹⁴

Outro importante segmento nos estudos das políticas públicas é o concernente ao arranjo federativo e suas implicações na efetividade da implementação das ações do Estado. Aqui, alguns autores são referenciais: Marta Arretche, Sônia Fleury e Fernando Luiz Abrúcio que dedicam suas pesquisas e atuação profissional nesse tema.¹⁵

Questões mais contemporâneas no campo das políticas públicas como a questão da gestão em redes, do controle social e de suas relações com o chamado capital social também não são apresentadas na bibliografia da disciplina em questão.¹⁶

governamental, Brasília: ENAP, 2006.; GTZ. ZOPP: Planejamento de Projetos Orientado a Objetivos. Alemanha: GTZ, 1998.

¹³JANNUZZI, Paulo M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP, 2005.

¹⁴FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975; OLIVEIRA VIANA, Francisco J. Instituições Políticas do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1987; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003. 5a ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

¹⁵ARRETCHE, Marta. “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, 1996; ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro, Revan, 2000; FLEURY, Sonia (org). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; Abrucio, L. F – Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas, RAP, Edição Especial comemorativa, 1967 – 2007.

¹⁶ Aqui, autores como FERRAREZI, Elisabete. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. Revista do Serviço Público (RSP), Editada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Vol 54, N. 4; SANTOS, Luiz Alberto dos. Controle social e a transparência da administração pública. In: anais do IX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, Madri, Espanha, 2-5 Nov, 2004 e FLEURY, Sônia; OUVRENEY, Assis Mafort. Gestão de Redes: A estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, contribuiriam enormemente com a formação dos alunos.

Na organização geral dos dados dos 142 trabalhos, a análise sobre a percepção das políticas de patrimônio cultural como políticas sociais teve como resultado:

Questões	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
	%	%	%
Existe a percepção da política de patrimônio cultural como política social?	42 30%	100 70%	142 100%

Como já salientado neste trabalho, é possível apontar como possibilidades de desenvolvimento social a partir da cultura e, mais especificamente, a partir da valorização do patrimônio cultural: a ampliação das capacidades individuais e de oportunidade, uma vez que a cultura viabiliza o enriquecimento simbólico da vida pessoal e social dos cidadãos; a geração de renda e oportunidades, uma vez que pode se associar a dinamismos econômicos; e a promoção da autoestima, indissociável dos princípios de igualdades, liberdade, oportunidades e equidade, ao se alinhar com outras instituições básicas de educação, políticas de renda e trabalho.

Assim, foi intenção desse trabalho perceber se a produção bibliográfica do PEP – MP apontava indícios de percepção das políticas de patrimônio cultural como políticas sociais.

A análise apontou que em aproximadamente 70% dos trabalhos (100), essa questão não é identificada. Se 65% dos trabalhos não identificam as políticas de preservação como políticas públicas, conforme análise acima, era de se esperar que entendê-las como políticas sociais seria ainda uma interpretação mais difícil. Apesar do avanço da Constituição Federal de 1988 em ampliar o conceito de patrimônio cultural e vinculá-lo à questão social, é preciso lembrar que o Iphan é uma instituição criada em 1937 e que, durante longo tempo de sua história, teve como missão a preservação do patrimônio chamado de “pedra e cal”. As ações institucionais, portanto, sempre estiveram vinculadas à expertise do órgão que, dos anos 1930 aos de 1970 focou o

patrimônio arquitetônico e os elementos integrados à arquitetura. Boa parte da intelectualidade brasileira, preocupada com as questões da cultura, nos anos 1930 a 1950, esteve relacionada às ações do Iphan. Seus quadros técnicos estavam com promettidos principalmente com a Arquitetura e a Arte Moderna.

O entendimento das políticas de preservação como políticas sociais faz parte de um processo recente nesse campo de conhecimento e atuação que é a ampliação do conceito de patrimônio cultural e das ferramentas necessárias para sua preservação e valorização. Processo esse que tem suas origens nas décadas de 1960 e 1970 e que tem como marco legal a Constituição de 1988, se amplia com o Decreto 3551 de agosto de 2000 que institui o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e com outros instrumentos mais recentes como a chancela de Paisagem Cultural regulamentada na portariano 127 de 30 de abril de 2009.

Esse entendimento da ampliação do conceito de patrimônio cultural está razoavelmente consolidado na instituição e acabou por refletir na produção bibliográfica do PEP – MP conforme pode ser observados nos dados abaixo:

Questões	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
	%	%	%
É possível perceber o uso do conceito ampliado de patrimônio cultural?	102 72%	40 28%	142 100%

Como se percebe, em 72% dos trabalhos (102) foi identificada a percepção do conceito ampliado de patrimônio cultural. Isso significa que parcela significativa dos trabalhos entende que o patrimônio cultural tem como base a ideia de referência cultural que incorpora a concepção de que os valores e as práticas sociais a ele atribuídos estão inseridos em um campo de conflito e que diferentes percepções sobre o patrimônio cultural possam coexistir. Esse novo paradigma confere às manifestações culturais um caráter dinâmico e inserido na diversidade de contextos culturais existentes no país.

Para aprofundar a análise desses resultados, as categorias foram sintetizadas em três grupos:

a) Grupo das categorias que correspondem às **ações mais tradicionais da instituição:**

- Bens móveis integrados - 08
- Patrimônio arqueológico - 12
- Patrimônio edificado - 13
- Sítios urbanos – 26
- **Total - 59**

b) Grupo que corresponde às **ações mais recentes da instituição** e que refletem o conceito ampliado de patrimônio cultural descrito no artigo 216 da Constituição Federal de 1988;

- Capacitação e gestão - 08
- Educação patrimonial - 15
- Paisagem cultural e patrimônio natural - 07
- Patrimônio ferroviário - 02
- Patrimônio imaterial – 23
- **Total - 55**

c) Categoria **Pesquisa e documentação** que reflete a tendência predominante da Copedoc – Coordenação de Pesquisa e Documentação, responsável pelo PEP- MP que é o trabalho com pesquisas históricas e conceituais sobre a política de preservação no Iphan.

- **Total - 23**

A categoria **Museus** foi representada com **05 trabalhos** apenas. Esse campo não estava entre as sessões temáticas do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, pois, quando este ocorreu, os museus estavam sob a responsabilidade do recém-criado Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009). Porém, antes do ano de 2009, existia um Departamento de Museus no organograma do Iphan, o que levava algumas superintendências a solicitar um museólogo para bolsista do PEP que acabavam direcionando seu trabalho para esse campo.

Portanto, dos 142 trabalhos analisados, 59 foram classificados como pertencentes às áreas de atuação mais tradicionais da instituição (aproximadamente 42% do total) e, 55 pertencentes às ações mais recentes (aproximadamente 39% do total). A categoria Pesquisa e Documentação que contou com 23 trabalhos (aproximadamente 16% do total) foi considerada um grupo único por apresentar trabalhos mais conceituais e teóricos do campo da preservação do patrimônio cultural. A categoria Museus (aproximadamente 3% dos trabalhos) foi desconsiderada na análise pois representava a demanda de um área de ação institucional que, durante os anos 2005, 2006 e 2007 estavam sob a atribuição do Iphan e, como já dito, em 2009 passou como ação institucional do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

Desses dados é possível inferir algumas análises. Em primeiro lugar é importante ressaltar que as demandas para a seleção dos bolsistas para o PEP – MP se originam das Superintendências do Iphan nos estados. Assim, quando um bolsista é demandado, normalmente essa demanda se relaciona com as necessidades de trabalho institucionais e acaba por preencher lacunas técnicas de ação. Portanto, o fato de os trabalhos estarem razoavelmente distribuídos entre as áreas mais tradicionais da instituição e as áreas mais recentes (42% e 39% respectivamente), se explica pela necessidade de continuidade das ações tradicionais da instituição, que conta com poucos técnicos¹⁷ e, também, da necessidade de consolidação das novas atribuições da instituição que se multiplicaram a partir da ampliação da noção de patrimônio cultural advindo da Constituição Federal de 1988.

Em relação ao grande número de trabalhos identificados na categoria Pesquisa e Documentação, é preciso lembrar que a Coordenação do PEP – MP está centralizada na Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação – Copedoc do Departamento de Articulação e Fomento – DAF, que fica sediada no Rio de Janeiro e se responsabiliza, principalmente, pelo setor de pesquisa da referida coordenação. As atribuições relacionadas à documentação se encontram na Copedoc da sede do Iphan em Brasília. Esse fato pode explicar o representativo número de trabalhos (23 ou aproximadamente 16%) que foram classificados nessa categoria e que refletem pesquisas mais conceituais

¹⁷Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Planejamento e Administração – DPA do Iphan, no ano de 2012, o quadro de servidores da instituição contava com o número de 728 para o país todo.

e próximas de um modelo acadêmico. Em contraposição as outras categorias revelam trabalhos mais relacionados à prática do campo da preservação.

Outro dado interessante diz respeito à formação dos bolsistas. Dos 142 trabalhos analisados, 86 (aproximadamente 61% das pesquisas) foram realizados por arquitetos e historiadores conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Formação dos bolsistas	Número de trabalhos
Arquitetura e urbanismo	45
História	41
Arqueologia	04
Arquivologia	02
Artes visuais	03
Ciências Sociais	17
Biblioteconomia	01
Produção cultural	01
Cinema e audiovisual	01
Direito	04
Museologia	03
Pedagogia	05
Relações públicas	01
Economia	01
Educação artística	03
Geografia	03
Jornalismo	02
Letras	01
Design gráfico	04
Total	142

Esses dados mostram que há uma identificação entre as demandas da instituição e a necessidade de profissionais que atuam no campo da preservação há mais tempo: arquitetos e historiadores. Apesar do PEP – MP ser um mestrado profissional

interdisciplinar, ainda predomina no programa (até a Turma de 2010) formações tradicionais da área do patrimônio cultural.

Da mesma forma em que foram analisadas as três questões (se as políticas de patrimônio cultural são consideradas políticas públicas; se são consideradas políticas sociais e se o conceito ampliado de patrimônio está refletido na produção bibliográfica pesquisada) para a totalidade dos dados, procedeu-se a análise para os três grupos de categorias: ações tradicionais da instituição, ações recentes e categoria pesquisa e documentação.

Para o grupo das ações mais tradicionais da instituição (**bens móveis integrados, patrimônio arqueológico, patrimônio edificado, sítios urbanos**) as interpretações ficaram assim distribuídas:

Questões	Sim Nº %	Não Nº %	Total Nº %
Existe a percepção de que as políticas de preservação são políticas públicas?	13 22%	46 78%	59 100%
Existe a percepção da política de patrimônio cultural como política social?	9 15%	50 85%	59 100%
É possível perceber o uso do conceito ampliado de patrimônio cultural?	28 47%	31 53%	59 100%

É possível afirmar que, nessa categoria, as políticas de preservação do patrimônio cultural não foram identificadas como políticas públicas em 78% dos trabalhos (46 dos 59 trabalhos) e, tampouco, como políticas sociais (85%, 50 dos 59 trabalhos). Em relação ao entendimento do conceito ampliado de patrimônio cultural, as

interpretações para o sim e para o não ficaram equilibradas. Em aproximadamente 47% dos trabalhos o entendimento do conceito ampliado aparece e em 53%, não.

As áreas de atuação mais tradicionais da instituição, apesar dos avanços e transformações na trajetória desse campo de política pública, ainda herdaram concepções relacionadas à chamada “fase heroica”¹⁸ da instituição onde a *expertise* do Iphan na área de arquitetura e arte se firmou. Nesse contexto, a patrimonialização dos bens culturais era um processo exclusivamente direcionado pela instituição e por seu quadro técnico. Portanto, as decisões sobre o tombamento dos bens culturais se restringiam à esfera técnica.

Assim, é possível entender porque os trabalhos do PEP – MP classificados nessa categoria, em sua maioria, não revelam a preocupação com o debate sobre a gestão de políticas públicas e, menos ainda, sobre políticas de patrimônio como políticas sociais. São trabalhos que, de maneira geral, evidenciam a preocupação com questões mais técnicas do campo da preservação.

Para o grupo das ações mais recentes da instituição (**educação patrimonial, capacitação e gestão, paisagem cultural e patrimônio natural, patrimônio ferroviário e patrimônio imaterial**) as interpretações ficaram assim distribuídas:

¹⁸A expressão “Fase Heroica” designa o período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo Melo Franco de Andrade. Com a criação de um Conselho Consultivo e o apoio de uma rede de colaboradores recrutada entre parte dos principais intelectuais modernistas, a política federal de preservação nesses anos se ancorou, sobretudo, na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, sob o amparo legal do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. É desse período o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco ou neoclássico.

Questões	Sim	Não	Total
	Nº	Nº	Nº
	%	%	%
Existe a percepção de que as políticas de preservação são políticas públicas?	25 45%	30 55%	55 100%
Existe a percepção da política de patrimônio cultural como política social?	31 56%	24 44%	55 100%
É possível perceber o uso do conceito ampliado de patrimônio cultural?	54 99%	1 1%	55 100%

Já na categoria de ações mais recentes da instituição, apesar de a maioria dos trabalhos não trazerem em seu escopo a preocupação com a questão do entendimento das políticas de patrimônio como políticas públicas (55% dos trabalhos), a percepção de que esse campo de atuação do Estado é um campo de políticas sociais é bastante significativo. Em 56% (31 dos 55) dos trabalhos foi possível identificar essa preocupação. Os dados que mais impressionam, no entanto, é em relação ao entendimento do conceito ampliado de patrimônio cultural. Na quasetotalidade dos trabalhos (99%) foi identificada essa compreensão.

Aqui é interessante fazer alguns apontamentos. As ações mais recentes da instituição em sua grande maioria, estão relacionadas às novas formas de participação da sociedade no desenho e implementação das políticas públicas. A política de patrimônio imaterial, por exemplo, já traz em sua gênese essa preocupação quando prevê, por exemplo, que o pedido para a identificação dos bens culturais tenha a anuência das comunidades detentoras desses bens culturais. O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) instituído pelo Decreto 3551 de agosto de 2000 vem implementando políticas públicas voltadas para o reconhecimento, a valorização e o apoio sustentável aos chamados bens culturais de natureza imaterial. Desde então,

ofícios e modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreográficas, cênicas, literárias e lúdicas), lugares onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas associadas, em especial, a grupos étnicos afro-brasileiros, indígenas, descendentes de imigrantes e segmentos sociais marginalizados, passaram a ser, de modo sistemático, objeto de inventários, de proposições de registros e de ações ou projetos de salvaguarda.

Dessa forma, não é difícil perceber a identificação da preocupação com as políticas sociais nos trabalhos analisados nessa categoria de ações mais recentes da instituição que, além do mais, já se inserem em um novo contexto de atuação do Estado brasileiro que leva em consideração a participação da sociedade na decisão sobre as políticas públicas.

Para o grupo da categoria **Pesquisa e Documentação**, os dados ficaram assim distribuídos:

Questões	Sim Nº %	Não Nº %	Total Nº %
Existe a percepção de que as políticas de preservação são políticas públicas?	8 35%	15 65%	23 100%
Existe a percepção da política de patrimônio cultural como política social?	0 0%	23 100%	23 100%
É possível perceber o uso do conceito ampliado de patrimônio cultural?	7 30%	16 70%	23 100%

Para o grupo da categoria Pesquisa e Documentação, como já apontado na análise dos dados gerais, antes do agrupamento em categorias, é preciso lembrar que a Coordenação do PEP – MP está centralizada na Coordenação-geral de Pesquisa e

Documentação – Copedoc do Departamento de Articulação e Fomento – DAF, que fica sediada no Rio de Janeiro e se responsabiliza, principalmente, pelo setor de pesquisa da coordenação. As atribuições relacionadas à documentação se encontram na Copedoc da sede do Iphan em Brasília. Esse fato pode explicar o representativo número de 23 trabalhos que foram classificados nessa categoria e que refletem pesquisas mais conceituais e próximas de um modelo acadêmico. Em contraposição, as outras categorias revelam trabalhos mais relacionados à prática do campo da preservação.

Talvez pelo fato de tais trabalhos serem focados na pesquisa mais conceitual do campo da preservação do patrimônio cultural, o resultado da análise para esse grupo tenha identificado um maior afastamento do campo de conhecimento sobre a gestão de políticas públicas. Assim, 65% dos 23 trabalhos não revelam a percepção da preservação como um campo das políticas públicas e, em 100% das pesquisas não há o reconhecimento de tais políticas como políticas sociais. Também em relação ao entendimento do conceito ampliado de patrimônio cultural a análise mostrou que, em 70% dos trabalhos, a concepção mais tradicional do termo patrimônio prevalece.

É importante ressaltar novamente que o Iphan, uma instituição de 76 anos de existência, traz em sua gênese um histórico das políticas de preservação que também é relacionados aos contextos sócio históricos que o acompanhou. Ou seja, como um órgão do Estado, acompanhou os processos do “modo de fazer” as políticas públicas no Estado brasileiro.

Assim, de forma processual, a instituição vem incorporando preocupação com a participação da sociedade em seu campo de atuação. Ao se analisar, por exemplo os objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2013 – 2015 é possível perceber a identificação das políticas de patrimônio comopolíticas sociais e, também, uma forte preocupação com o aperfeiçoamento da gestão e do reconhecimento da política de patrimônio como uma política pública. Os quinze objetivos estratégicos¹⁹ estão listados a seguir:

- ampliar a representatividade do patrimônio cultural

¹⁹ Fonte:

<http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.do?id=14414&sigla=DocumentoDownload&retorno=paginaDocumentoDownload> Acesso em 21/10/2013

- ampliar o acesso ao patrimônio cultural
- desenvolver as potencialidades do patrimônio cultural
- fomentar as iniciativas da sociedade voltadas ao patrimônio cultural
- estruturar a política e o sistema nacional de patrimônio cultural
- fortalecer a gestão da preservação do patrimônio cultural
- fortalecer a cooperação internacional no campo do patrimônio cultural
- formar e aperfeiçoar gestores e agentes na área do patrimônio cultural
- disseminar a informação e o conhecimento sobre o patrimônio cultural
- implantar a gestão estratégica por resultado
- aperfeiçoar a gestão da informação e documentação
- promover a gestão do conhecimento
- promover a integração, comunicação e sinergia interna entre as unidades
- estruturar e valoriza o quadro de pessoal
- desenvolver as competências necessárias

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, procurou-se enfatizar a importância das políticas culturais e, mais especificamente, das políticas de patrimônio serem consideradas políticas sociais. Também se afirmou que a relação entre políticas culturais e políticas sociais é reforçada pela própria Constituição Federal de 1988 que afirmou os direitos culturais e inseriu a cultura e o meio ambiente na área das políticas sociais.

Foi destacado que, em alguns períodos das políticas culturais no Brasil, é possível identificar práticas ou conceitos que se aproximam ao que hoje é denominado conjunto de políticas sociais. Entendendo-as assim, é possível apontar como possibilidades de desenvolvimento social a partir da cultura: a ampliação das capacidades individuais e de oportunidade, uma vez que a cultura viabiliza o enriquecimento simbólico da vida pessoal e social dos cidadãos; a geração de renda e oportunidades, uma vez que pode se associar a dinamismos econômicos; e a promoção da autoestima, indissociável dos princípios de igualdades, liberdade, oportunidades e equidade, ao se alinhar com outras instituições básicas de educação, políticas de renda e trabalho.

Assim, foi possível apontar em alguns períodos da história das políticas culturais no Brasil um ou mais desses elementos que caracterizam as políticas sociais: a) o período em que Mário de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo (1935 a 1938), b) o período da criação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC que tinha como figura central Aloísio Magalhães (1927-1982) e c) o momento atual a partir da gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura.

Outro ponto destacado foi o da necessidade de formação e qualificação dos agentes públicos para um novo Estado que vem se profissionalizando e capacitando seus quadros técnicos. Pensar em implementação de políticas públicas hoje requer a aproximação com o campo de conhecimento da gestão de políticas públicas.

Com esses enfoques, a produção bibliográfica do PEP – MP foi analisada com algumas questões a serem interpretadas: existe a preocupação do Programa em proporcionar aos alunos o contato e possível aprofundamento com o campo de

conhecimento da gestão pública? Contempla ainda, além da abordagem mais técnica do campo, a necessária discussão sobre aperfeiçoamento e profissionalização de servidores e agentes públicos?

A pesquisa trouxe algumas respostas a essas questões. Apesar de apresentar excelência técnica no campo da preservação, o PEP- MP parece prescindir de formação na área de conhecimento sobre a gestão de políticas públicas. Questões como as relacionadas, por exemplo, ao desenho, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, à coordenação e arranjos intersetoriais, às redes, à gestão da informação, às fontes de dados e indicadores não devem ficar de fora de um programa de capacitação que atue na formação de servidores públicos ou de quem atue no campo das políticas públicas.

Se esse debate ainda não está presente no PEP – MP, compreender as políticas de preservação do patrimônio como políticas sociais, também pode não ser identificado como foco das reflexões inerentes ao processo de formação dos alunos. Verificou-se que, com exceção dos trabalhos identificados no grupo de ações mais recentes da instituição (educação patrimonial, capacitação e gestão, paisagem cultural e patrimônio natural, patrimônio ferroviário e patrimônio imaterial), os demais, na análise geral dos dados, em sua maioria, não apresentam essa preocupação.

Uma das formas de trazer essas questões para o escopo do PEP – MP no que diz respeito ao campo do conhecimento da gestão das políticas públicas, seria a inserção de disciplinas dessa área na grade curricular do Programa.

Os objetivos dos Mestrados Profissionais, segundo a CAPES, “decorrem da necessidade de estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público; da necessidade em identificar potencialidades para atuação local, regional, nacional e internacional por órgãos públicos e privados, empresas, cooperativas e organizações não-governamentais, individual ou coletivamente organizadas.”²⁰

²⁰ Fonte: Portaria Normativa nº. 07, de 22 de junho de 2009 que “Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES”

Dessa forma, é fundamental inserir no Programa de Formação do Iphan a preocupação com a formação e qualificação dos agentes públicos para um novo Estado que vem se profissionalizando e capacitando seus quadros técnicos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, L. F – Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas, RAP, Edição Especial comemorativa, 1967 – 2007.

ARRETCHE, Marta. “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, 1996;

ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro, Revan, 2000

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

BARBOSA, Frederico; ELLERY, Herton; MIDDLEJ, Suylan. A Constituição e a Democracia Cultural. Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília, n. 17, 2009, IPEA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003. 5a ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARVALHO, Paulo Sérgio – “Rede Nacional de Escolas de Governo no Brasil: aprendizagens e desafios” in XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia, 30 oct. - 2 Nov. 2012
<https://portalsipec.planejamento.gov.br/clientes/sipec/sipec/eventos/iii-encontro-nacional-de-desenvolvimento-de-pessoas/arquivos/palestras-e-mesas-redondas/arquivo> Acesso em 21 de março de 2013.

CHAGAS, Mário – “A ótica museológica de Mário de Andrade” in Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1991.

CHUVA, Márcia. - Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

EUA: PMI, 2004, 3ª Ed. - Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975

FARAGO, Cátia Cilene e FOFONCA, Eduardo – A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações, 2012 Fonte: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/editorial.php> Acesso em 12/08/2013

FERRAREZI, Elisabete. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. Revista do Serviço Público (RSP), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Vol 54, N. 4

FERREIRA, Maira Coutinho – “Campos léxicos-semânticos e o ensino de vocabulário de segunda língua” in Revista ProLíngua Volume 2 número 2 jul/dez de 2009. Fonte: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13430> acesso em 10/04/2013

FLEURY, Sonia (org). Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLEURY, Sônia; OUVENEY, Assis Mafort. Gestão de Redes: A estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio”. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio)

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIACOMONI, James e PAGNUSSAT – Planejamento e orçamento governamental ENAP, 2006.

GTZ. ZOPP: Planejamento de Projetos Orientado a Objetivos. Alemanha: GTZ, 1998.

IPEA – Políticas Sociais: acompanhamento e análise, nº 18, 2009 - http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_18_completo.pdf Acesso em 10/05/2013

IPHAN - Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Ministério da Educação e Cultura / Secretaria do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória, Brasília, 1980.

IPHAN – Patrimônio: práticas e reflexões, volume 1, Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2007

IPHAN – Folder institucional, 3ª Ed. – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, 2008.

IPHAN – Patrimônio: práticas e reflexões, volume 3, Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2009

IPHAN – Programa de especialização em patrimônio do IPHAN: trajetória, avaliação e perspectivas, Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2010.

IPHAN – I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural; desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto/MG. Coleção Anais 2, volume 1, 2 e 3. Iphan, Brasília, 2012.

IPHAN – Folder institucional do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, Brasília, 2008.

JACCOUD, Luciana. “Proteção Social no Brasil: debates e desafios”. In: Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil. Brasília: Unesco/MDS, 2009.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP, 2005.

LARAIA, Roque de Barros – Cultura: um conceito antropológico. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2001.

MARQUES, Paulo - “Estado, Burocracia e desenvolvimento Econômico no Brasil: o papel das escolas de governo”. In: RESENDE, André (org.) Governo Brasileiro no futuro: sugestões e desafios para o Estado: (2012 – 2022). São Paulo: Cubzac, 2012.

MEC – 2002 - (Parecer CNE/CES 0079/2002).

NAKAMUTA, A. – PEP Mestrado Profissional em preservação do patrimônio cultural, Rio de Janeiro , 2011 (apresentação em *power point*)

OLIVEIRA VIANA, Francisco J. Instituições Políticas do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo, 1987

RUBIM, Antonio Albino Canelas – “Políticas culturais no Brasil: passado e presente” in Políticas Públicas de Cultura do estado do Rio de Janeiro – Organização Cásia Frade et. ali, Rio de Janeiro, UERJ, Decult, 2012.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Controle social e a transparência da administração pública. In: anais do IX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, Madri, Espanha, 2-5 Nov, 2004

SARAVIA, Enrique – “Introdução à teoria da política pública”. In: FERRAREZI, Elisabete, SARAVIA, Enrique. (orgs.) Políticas Públicas – coletânea vol. 1 , ENAP, Brasília, 2006.

SARAVIA, E.;FERRAREZI, E. (Orgs.) Políticas Públicas: coletânea. Vol1 e Vol.2. Brasília: ENAP, 2006.

VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 32, p.302-315, 2005.

Anexo 1: Produção bibliográfica PEP – MP – 2005 a 2013

Título Final da Produção	Autoria	Formação	Ano da produção	Categoria	Percepção de que as políticas de preservação são políticas públicas	Percepção do patrimônio cultural como política social	Percepção do conceito ampliado de patrimônio cultural
Migração italiana no Espírito Santo : ocupação territorial e herança cultural	LUCENA, Adriana	História	2005	Patrimônio imaterial	não	não	sim
Proposta de delimitação da área de entorno e perspectivas de revisão do tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife - PE	SILVA, Aline de F	arquitetura e urbanismo	2005	Paisagem cultural e patrimônio natural	não	não	sim
Contribuição para a delimitação da área de tombamento federal na cidade de São Cristóvão - SE	SILVA, Andrea Costa Romão	arquitetura e urbanismo	2005	Sítios urbanos	não	não	sim
Negociando imaterialidades: a trajetória dos "bumbás" de Manaus e suas estratégias de sobrevivência.	LIMA, Andrey Faro de	ciências sociais	2005	Patrimônio imaterial	sim	não	sim
Educação Patrimonial: uma ação institucional e educacional	SANTO S, Camila Henrique	educação artística	2005	Educação Patrimonial	sim	sim	sim
Registro de ações e diagnóstico de patologias em bens imóveis tombados.	MENDONÇA, Dafne Marques de	arquitetura e urbanismo	2005	Patrimônio edificado	não	não	não
Diversidade cultural e identidade nacional: aspectos da política federal de registro de bens culturais de natureza imaterial.	CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama	ciências sociais	2005	Patrimônio imaterial	sim	sim	sim
Das sanções administrativas em matéria de patrimônio histórico e artístico nacional.	MENDONÇA, Guilherme Cruz de	direito	2005	Capacitação e gestão	sim	não	sim
Proposta de tombamento da Igreja Nossa Senhora de Lourdes - considerações sobre o patrimônio.	CAVALCANTE, Ivana Medeiros Pacheco	História	2005	Bens móveis integrados	sim	sim	sim
Carl von Koseritz: um olhar sobre os museus brasileiros no século XIX.	FERREIRA, Maria de Simone	museologia	2005	Museus	sim	não	sim
Gestão do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís/MA - estudo para redefinição da	PESTANA, Raphael Gama	arquitetura e urbanismo	2005	Sítios urbanos	sim	não	sim

poligonal de tombamento federal.							
A produção cultural do imigrante italiano: arquitetura do Palácio Garibaldi	FERREIRA, Renata Brylynskyi	arquitetura e urbanismo	2005	Patrimônio edificado	sim	não	não
Ouro em Minas, Missões no Rio Grande do Sul : um estudo sobre museus na preservação e adaptação de bens tombados.	CALDAS, Sônia Alice Monteiro	arquitetura e urbanismo	2005	Museus	não	sim	sim
Crítérios para intervenção no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo bairro do Recife	SILVA, Aline de Figueirôa	arquitetura e urbanismo	2006	Sítios urbanos	não	não	sim
A cor no centro histórico de São Cristóvão em Sergipe.	SILVA, Andrea Costa Romão	arquitetura e urbanismo	2006	Sítios urbanos	não	não	não
Subsídios para recomendações de complementação das unidades de vizinhança do conjunto urbanístico tombado de Brasília.	CORREIA, Alithéa Cristine Fernandes	arquitetura e urbanismo	2006	Sítios urbanos	não	não	sim
Museus no imaginário: representações de estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.	SILVA, Rita Gama	museologia	2006	Museus	não	sim	sim
Área Central da Praça XV de Novembro: um estudo de gestão.	MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos	arquitetura e urbanismo	2006	Sítios urbanos	sim	não	sim
As contribuições do SPHAN para a historiografia da arte no Brasil: a propósito da produção de Hanna Levy	NAKAMUTA, Adriana Sanajotti	artes visuais	2006	Pesquisa, documentação e informação	não	não	não
De Prainha a Praça dos Orixás: alguns elementos sobre a constituição de um lugar focal na cidade de Brasília	CLEAVER, Swai Roger Teodoro	História	2006	Patrimônio imaterial	sim	sim	sim
Coerência e ambiguidade: o Centro Histórico de Belém e o cotidiano da cidade.	LIMA, Andrey Faro de	ciências sociais	2006	Sítios urbanos	não	sim	sim
O Registro do patrimônio Imaterial e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural.	CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama	ciências sociais	2006	Patrimônio imaterial	sim	sim	sim
Considerações jurídicas sobre o tombamento dos antigos quilombos: conceitos, categorias e instrumentos.	MENDONÇA, Guilherme Cruz de	direito	2005	Capacitação e gestão	sim	sim	sim
Dilemas e desafios na gestão do patrimônio imaterial.	BRAYNER, Natália Guerra	História	2006	Capacitação e gestão	sim	sim	sim

Nem heróico nem moderno: a constituição do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional" na gestão de Renato Soeiro.	PEREIRA, Julia Wagner	História	2006	Capacitação e gestão	sim	não	sim
Intervenções em bens tombados: reflexões a partir de instrumentos de pesquisa e documentação.	MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos	arquitetura e urbanismo	2005	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	sim
Arquivo como patrimônio histórico e cultural: o caso da 7ª Superintendência Regional do Iphan - BA	CUPERTINO, Ana Cláudia Lima	arquivologia	2005	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	não
Monumentos representativos do estado de São Paulo: da arquitetura militar à arquitetura da imigração.	PONTE S, Felipe Porto de Oliveira	arquitetura e urbanismo	2006	Patrimônio edificado	não	não	sim
O estudo das paisagens culturais: o caso de Santa Tereza - RS	MARTINS, Marina Cañas	arquitetura e urbanismo	2006	Paisagem cultural e patrimônio natural	não	não	sim
A prática e salvaguarda de documentos na 14ª SR/Iphan	BARBOSA, Camila Cláudia Gonçalves	História	2006	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Estudo cronológico da evolução urbana da cidade de Corumbá - MS	XAVIER, Lauzie M. Mohamed	arquitetura e urbanismo	2006	Sítios urbanos	não	não	não
O valor histórico de Belém: proposta de delimitação para tombamento federal.	CORREIA, Alithéa Cristine Fernandes	arquitetura e urbanismo	2005	Sítios urbanos	não	não	não
A trajetória de preservação dos bens móveis e integrados sob a ótica dos projetos institucionais de inventário.	NAKAMUTA, Adriana Sanajotti	artes visuais	2005	Bens Móveis Integrados	sim	não	não
Educação patrimonial no Iphan: a caminhada de Pirenópolis/GO a Brasília/DF e o Primeiro Encontro Nacional de Educação Patrimonial.	BIANCO, Rodolfo Lo	ciências sociais	2005	Educação Patrimonial	não	sim	sim
Da Rede, os rastros. Discussões sobre a trajetória da política museológica brasileira.	SILVA, Joana Regattieri da	produção cultural	2006	Museus	sim	não	sim
Uma breve análise da prática de atribuição de valor no tombamento: possibilidades de outras formas de interpretação.	PEREIRA, Julia Wagner	História	2005	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	sim
Notas sobre a política de patrimônio imaterial e um breve estudo de caso sobre projetos de preservação em Rio de Contas/BA.	ULMI, Ionara Madalena	História	2005	Patrimônio imaterial	sim	não	sim

Da legitimidade do valor do patrimônio: processos de tombamento e a produção de conhecimento sobre os bens culturais (1947 - 1979).	ARGUE LLES, Regis	História	2005	Pesquisa, documentação e informação	não	não	não
Uso e ocupação do solo em Sabará. Diretrizes e critérios para intervenções urbanas no Centro Histórico.	JACINTO, Valéria	arquitetura e urbanismo	2005	Sítios urbanos	sim	não	não
Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal acerca do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	RAMOS, Maria Cristina de Carvalho	direito	2006	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	não
Contribuição para delimitação da área de tombamento federal na cidade de São Cristóvão/SE.	SILVA, Andrea Costa Romão	arquitetura e urbanismo	2005	Sítios urbanos	não	não	sim
Roçado de poesia: lavra, semeadura, colheita e partilha ou continuidade histórica da obra de Patativa do Assaré.	MARTINS, Raimundo Aterlane P. de	História	2005	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Análise crítica descritiva do acervo arquivístico permanente dos monumentos tombados individualmente na cidade de Cachoeira (BA), gerados e acumulados pelo Iphan	CUPERINO, Ana Cláudia Lima	arquivologia	2006	Pesquisa, documentação e informação	não	não	não
Patrimônio arquitetônico paulistano: do centro industrial ao centro da capital.	PONTE S, Felipe Porto de Oliveira	arquitetura e urbanismo	2005	Patrimônio edificado	não	não	não
A comunidade do Socorro e o Patrimônio	SANTOS, Camila Henrique	educação artística	2006	Educação patrimonial	sim	sim	sim
O Iphan e a construção do patrimônio moderno brasileiro.	LUCENA, Adriana	História	2006	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio - 14ª Superintendência Regional do Iphan.	ALEXANDRIA, Genilda da Silva	design gráfico	2006	Educação Patrimonial	não	não	não
A experiência do inventário de grades de ferro na arquitetura civil, oficial e religiosa no Centro Histórico de São Luís - MA.	COSTA, Keila Cristian e Barros da Costa	arquitetura e urbanismo	2007	Bens Móveis Integrados	não	não	não
Ocupação territorial da imigração italiana no Espírito Santo.	GOMES, Lorenza Cosme	arquitetura e urbanismo	2006	Paisagem cultural e patrimônio natural	sim	sim	sim
Educação Patrimonial	FARIAS, Maria Salete Vale	pedagogia	2006	Educação Patrimonial	não	sim	sim

Casa Lacerda, patrimônio histórico de uma cidade histórica. Discursos e representações da história do patrimônio na Lapa (1938-2006).	CORÇÃ O, Mariana	História	2006	Patrimônio edificado	não	não	sim
A ficha de registro do sítio arqueológico como instrumento de gestão.	SARME NTO, Paulo	arqueologia	2007	Patrimônio arqueológico	não	não	não
As fichas de registro e a preservação do patrimônio.	SOARE S, Fernand a Codevill a	arqueologia	2006	Patrimônio arqueológico	não	não	não
Entre o Estado Novo e o regime democrático: diferentes perspectivas museais.	LIMA, Paulo José Nascime nto	museologia	2007	Museus	sim	não	não
A Praça dos Orixás: trajetórias de um lugar focal.	CLEAV ER, Swai Roger Teodoro	História	2007	Patrimônio imaterial	não	não	sim
Revista do patrimônio: produção de conhecimento e reprodução de olhares.	SILVA, Cíntia Mayumi de Carli	ciências sociais	2007	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	sim
A arqueologia de contrato: um novo desafio para o Iphan.	BARRE TO, Regiane Gambim	História	2006	Patrimônio arqueológico	sim	não	sim
Processo nº 875-T-73: continuidade de estudos para instrução do processo de tombamento federal do "conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho".	BARRE TO, Rosyonn e Rebouça s de Oliveira Lustosa	arquitetura e urbanismo	2006	Sítios urbanos	não	não	não
Os usos dos espaços públicos pelas coletividades no centro histórico de Belém.	COSTA, Ramon Corrêa	ciências sociais	2007	Patrimônio imaterial	sim	sim	sim
Inventário de configurações do centro histórico de Manaus - uma leitura crítica sobre a análise no nível da percepção visual no sítio histórico de Manaus.	GUERR EIRO, Ana do Nascime nto	arquitetura e urbanismo	2007	Sítios urbanos	não	não	não
Refletindo sobre os projetos educativos do CNFCP	DINIZ, Elisa Nacif	pedagogia	2007	Educação Patrimonial	não	sim	sim
Engenhos em Alagoas - memória e patrimônio	SANTO S, Ana Glória Ferreira dos	História	2007	Educação Patrimonial	não	não	sim
Subsídios para a delimitação dos perímetros de entorno aos bens protegidos de Sabará: o caso da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.	ARREL ARO, Rafael	arquitetura e urbanismo	2008	Sítios urbanos	não	não	sim
O audiovisual imaginando o patrimônio.	SILVA, Willians Fausto	jornalismo	2006	Educação patrimonial	sim	não	sim
Estudo para subsidiar o registro da arte santeira do Piauí	SILVA, Daniel Oliveira	ciências sociais	2006	Bens Móveis Integrados	não	sim	sim

	da						
Igreja de Nossa Senhora de Nazaré - Ruínas do Almagre: uma abordagem histórica	ANDRADE, Catarina Paes de	História	2006	Patrimônio edificado	não	não	não
Os engenhos de cana de açúcar na cidade de Areia - PB: açúcar, cachaça e rapadura no brejo paraibano.	ANDRADE, Catarina Paes de	História	2007	Patrimônio edificado	não	sim	sim
Revista do Patrimônio: cartografia de imagens e olhares.	SILVA, Cíntia Mayumi de Carli	ciências sociais	2007	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Tombamento de sítios arqueológicos: um velho desafio para o Iphan.	BARRETO, Regiane Gambim	História	2007	Patrimônio arqueológico	não	não	não
Percurso de significados: visões de mundo a partir da procissão de Nosso Senhor dos Passos em Belém.	COSTA, Ramon Corrêa	ciências sociais	2007	Patrimônio imaterial	não	não	sim
A experiência do inventário de serralheria no centro histórico de São Luís.	COSTA, Keila Cristian e Barros da	arquitetura e urbanismo	2006	Bens móveis integrados	não	não	não
Passeio no espaço, na memória e na cultura do Lago das Rosas - material didático da ação educativa voltada para a preservação do patrimônio.	ALEXANDRIA, Genilda da Silva	design gráfico	2007	Educação Patrimonial	não	não	sim
Praça Possidônia Bragança: fragmentos do passado e impressões do presente no contexto urbano de Laranjeiras/SE	CHIZOLINI, Isabela Costa	História	2007	Sítios urbanos	não	não	sim
Análise das possíveis formas de preservação da ocupação territorial da imigração italiana no Espírito Santo.	GOMES, Lorenza Cosme	arquitetura e urbanismo	2007	Paisagem cultural e patrimônio natural	sim	não	sim
Sítio Histórico de sobral: fonte de conhecimento e interação e educação patrimonial.	FARIAS, Maria Salete Vale	pedagogia	2007	Educação Patrimonial	sim	sim	sim
Fazenda Capão Alto: patrimônio do Paraná ou do Brasil?	CORÇAO, Mariana	História	2007	Patrimônio edificado	sim	não	não
O registro de sítios arqueológicos do Iphan: histórico, diagnóstico e preservação.	SOARES, Fernanda Codevilla	arqueologia	2007	Patrimônio arqueológico	não	não	não
Conjunto das áreas da Baía de Suape e do Cabo de Santo Agostinho:proposição das poligonais de proteção.	BARRETO, Rosyonn e Rebouças de Oliveira Lustosa	arquitetura e urbanismo	2007	Sítios urbanos	não	não	não
Marechal Deodoro: testemunhos orais de suas histórias.	SANTOS, Ana Glória Ferreiros	História	2007	Educação Patrimonial	não	não	sim

Um arco no prelo: notícias do patrimônio durante o Estado Novo.	SILVA, Willians Fausto	jornalismo	2007	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Arquitetura residencial moderna em Goiás: delineando um cenário.	MOURA, Ana Amélia de Paula	arquitetura e urbanismo	2009	Patrimônio edificado	não	não	não
Engenhos: o doce patrimônio de Areia	FERREIRA, Ana Cristina Andrade	arquitetura e urbanismo	2009	Patrimônio edificado	não	não	não
O valor em perspectiva: o caso do não tombamento da capela de Ivaporunduva	ZACCHI, Marina	ciências sociais	2009	Patrimônio edificado	não	não	sim
Vila histórica de Mambucaba: como e por que protegê-la	DI SALVO, Aline Amaral	arquitetura e urbanismo	2009	Sítios urbanos	não	não	não
Preservação e disseminação de conteúdos jornalísticos sobre o patrimônio cultural do Estado do Pará e Amapá: o caso da biblioteca “Ernesto Cruz”	RIBEIRO, Célia Pereira	biblioteconomia	2009	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Batuque, pena e maracá: mapeamento histórico e cultural das religiões afro-amazônicas na cidade de Belém	CUNHA, Juliana da Mata	História	2009	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Uma proposta de acessibilidade urbana para o centro histórico de São Luís – Maranhão	SILVA, Jusyanna Flávia de Souza e	arquitetura e urbanismo	2009	Sítios urbanos	sim	sim	sim
Descortinando a Paisagem: Monumentos e moldura cênica no Conjunto Paisagístico de Cabo Frio	ALVES, Marta Raquel da Silva	arquitetura e urbanismo	2009	Sítios urbanos	não	não	não
O ofício de rezadeiras e de rezadores em Cruzeta e Florânia no Seridó Potiguar: uma breve discussão sobre as políticas de preservação patrimoniais instituídas pelo IPHAN.	SANTOS, Francimário Vito dos	ciências sociais	2009	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Educação Patrimonial: construindo parâmetros no âmbito da Superintendência Regional do IPHAN em Santa Catarina.	LOPES, Mariete Signel	História	2009	Educação Patrimonial	sim	sim	sim
A temática do patrimônio cultural no projeto político pedagógico: um estudo de caso na unidade escolar Elzair Rodrigues de Oliveira	RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes	pedagogia	2009	Educação Patrimonial	não	sim	sim
O Papel da Educação nos Planos de Salvaguarda dos Bens de Natureza Imaterial: o caso do Jongo no sudeste.	MELO, Raquel Maria de Oliveira Medeiros de	pedagogia	2009	Educação Patrimonial	sim	sim	sim
Do conjunto ao sistema: análise das normas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro sob a ótica dos direitos	TELLES, Mário Ferreira de Pragmác	direito	2009	Capacitação e gestão	sim	sim	sim

culturais.	io						
Múltiplos sentidos: análise do discurso do Patrimônio Imaterial no Brasil	PAES, Tatiana Mello de Oliveira	Letras	2009	Patrimônio imaterial	sim	não	sim
O entorno da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão	JOHN, Naiana Maura	arquitetura e urbanismo	2009	Patrimônio edificado	não	não	não
Produtores de rapadura nos engenhos remanescentes do cariri cearense	GONÇALVES, Naudine y de Castro	História	2009	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Nos trilhos do patrimônio: a estrada de ferro Vitória a Minas e o seu processo de identificação.	VIEIRA, Nivea Muniz	geografia	2009	Patrimônio ferroviário	não	não	sim
Objetos da nação: tombamento de acervos e coleções no IPHAN	SENA, Tatiana da Costa	História	2009	Pesquisa, documentação e informação	não	não	não
Pomeranos: identidade e patrimônio.	RIEGERT, Gabriela Lacerda	História	2009	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Trilhando memórias: reflexões acerca das identidades dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	ALENCAR, Carolina Pena de	História	2011	Patrimônio ferroviário	não	sim	sim
O Ofício do conservador-restaurador: concepções de patrimônio e transformações desde 1937	MOREIRA, Catarina de Nazaré A.	arquitetura e urbanismo	2011	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	sim
Sob os signos das boiadas: as marcas de ferrar gado que povoam o sertão paraibano	PAES, Daniella Lira Nogueira	design gráfico	2011	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
A gestão do patrimônio: Estratégias da Preservação do Patrimônio Cultural na Cidade de Parnaíba – Piauí	KISHIMOTO, Deborah	arquitetura e urbanismo	2011	Capacitação e gestão	sim	não	sim
A cobertura do Theatro Municipal do Rio de Janeiro: restauração ou reconstrução?	MACHADO, Erika Pereira	arquitetura e urbanismo	2011	Patrimônio edificado	não	não	não
Estratégias para a preservação do patrimônio cultural moderno: Athos Bulcão em Brasília (1957-2007)	OLIVEIRA, Fabiana Carvalho de	artes visuais	2011	Bens móveis integrados	não	não	não
Estudos de Percepção Espacial no entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo com vistas à valorização do monumento.	SILVA, Fabrício Rocha da	arquitetura e urbanismo	2011	Patrimônio Arqueológico	não	não	não
A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico: o caso da	SCOFANO, Guilherme Butter	arqueologia	2011	Paisagem cultural e patrimônio natural	não	não	sim

“Ilha de Laguna” - SC.							
Anchieta: um sítio histórico urbano em evidência	BORGE S, João Marcos C.	arquitetura e urbanismo	2011	Sítios urbanos	não	não	não
Conjunto de Serrotes de Quixadá: Monumentalidade e Apropriação Social do Patrimônio Natural	NETO, João Paulo Vieira	História	2011	Paisagem cultural e patrimônio natural	não	não	sim
O valor da cultura Um estudo de caso sobre a inserção da Louça do Maruanum/AP no mercado e sua relação com a preservação do patrimônio cultural.	SILVA NI, Juliana Morrilhas	História	2011	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Para além da “pedra e caco”: o patrimônio arqueológico e as igacabas de Palmeira dos Índios, Alagoas	Teixeira, Luana	História	2011	Patrimônio arqueológico	não	não	sim
A salvaguarda do engenho Gaipió: um estudo comparativo entre os instrumentos jurídicos tombamento e chancela da paisagem cultural.	VASCO NCELO S, Marcela C. A. de	arquitetura e urbanismo	2011	Paisagem Cultural e patrimônio natural	não	não	sim
A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA	CARDO SO, Paula Paoliello	arquitetura e urbanismo	2011	Sítios urbanos	sim	sim	sim
Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima	RAMA LHO, Paulina Onofre	História	2011	Sítios urbanos	não	não	sim
Os Furtos de Obras de Arte Sacra em Igrejas Tombadas do Rio de Janeiro (1957 -1995)	FABRI NO, Raphael João Hallack	História	2011	Bens Móveis Integrados	não	não	não
Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial	LIMA, Alessandra Rodrigues	História	2012	Patrimônio imaterial	sim	sim	sim
História e intervenção em sítios urbanos tombados: a experiência de Vassouras - RJ, 1958-2009.	MIRANDA, Ana Carolina Neves	História	2012	Sítios urbanos	não	não	não
A valoração como patrimônio cultural do "raio que o parta": expressão do modernismo popular em Belém - PA.	CARDO SO, Andreia Loureiro	arquitetura e urbanismo	2012	bens móveis integrados	não	não	sim
Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno - Piauí, Brasil	LUZ, Carolina Francisca Marchionni da	História	2012	patrimônio arqueológico	sim	não	sim

O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO.	SOUZA, Carolina Guimarães Starling	geografia	2012	patrimônio arqueológico	sim	sim	sim
Economia do Patrimônio Cultural – efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro.	JUNIOR, Edmar Augusto Santos de Araújo	economia	2012	capacitação e gestão	sim	sim	sim
O Lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE	GARCIA, Fernanda Ghirrotto	arquitetura e urbanismo	2012	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN	COELHO, Jean Felipe Bastardis	História	2012	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	sim
Sobrepondo valores: a construção do território de Igarassu - PE	PEREIRA, Julia da Rocha	arquitetura e urbanismo	2012	Sítios urbanos	sim	sim	sim
Fluxos culturais e os povos da cidade: entre os Macuxi e Wapichana de Bos Vista - Roraima	MELO, Luciana Marinho	ciências sociais	2012	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Desafios da preservação: o entorno dos bens tombados em Antônio Prado	CABRAL, Raquel Carpegiani	arquitetura e urbanismo	2012	Sítios urbanos	não	não	não
O desafio da preservação do patrimônio arquitetônico modernista no Rio de Janeiro	MESQUITA, Renato Alves e Silva	arquitetura e urbanismo	2012	Pesquisa, documentação e informação	não	não	não
As inter-relações entre o cultivo do trigo e as manifestações culturais em Itaiópolis - SC	FILHO, Ronaldo Guimarães Vicente	geografia	2012	Patrimônio imaterial	não	não	sim
Boletim SPHAN/FNPM : um espaço de comunicação do patrimônio cultural	DIAS, Welbia	relações públicas	2012	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: A trajetória do design e das políticas do patrimônio no Brasil	CARVALHO, Aluizio Victor de Souza	design gráfico	2013	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Indicadores de preservação do patrimônio arqueológico: empreendimentos e atividades em Santa Catarina (2002-2007) Rio de Janeiro/RJ 2013	MOREIRA, Anderson Luis Ribeiro	cinema e audiovisual	2013	Patrimônio arqueológico	não	não	sim
O mapeamento de referências culturais como instrumento de conhecimento e gestão do patrimônio cultural brasileiro	LIMA, Angélica Silva de	ciências sociais	2013	Patrimônio imaterial	sim	sim	sim

Valoração histórica de sítios urbanos tombados pelo IPHAN (1938-1968) Rio de Janeiro 2012	LINHA RES, Guilherme Porciúncula Bresciani Cerqueira	História	2012	Pesquisa, documentação e informação	sim	não	sim
Valorização e preservação do patrimônio arqueológico na comunidade do Cumbe – Aracati-CE.	XAVIER, Patrícia Pereira	História	2012	Patrimônio arqueológico	não	sim	sim
Preservação do Centro de Teresina: A construção de um objeto	TOLLS TADIUS, Larissa Lira	arquitetura e urbanismo	2013	Sítios urbanos	não	não	sim
Théo Brandão, os estudos folclóricos e o campo do patrimônio no Brasil	ROCHA, Nadja Waleska Silva	ciências sociais	2013	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Entre sons, aromas e sabores As feiras em Goiânia: história, referência cultural e hibridação entre o moderno e o tradicional	BORGES, Larissy Barbosa	História	2012	Patrimônio imaterial	não	não	sim
Retalhos de Sabença: Oficinas, saberes e modos de fazer dos mestres e artesãos da construção tradicional em Natividade - Tocantins.	PAZ, Francisco Felipe Cunha	História	2012	Patrimônio imaterial	não	sim	sim
Sociedade e Natureza nas Políticas de Preservação: O modo de fazer política pública em Itaúnas/ES.	ARAGÃO, Lucas Viana	ciências sociais	2013	Capacitação e gestão	sim	sim	sim
As dinâmicas das duas metades: tombamento e patrimônio etnográfico no IPHAN	PAIVA, Ana Cristina de Souza Gonçalves	ciências sociais	2012	Pesquisa, documentação e informação	não	não	sim
Sentir para Agir: avaliando uma proposta de educação patrimonial	ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena	História	2012	Educação patrimonial	não	não	sim
Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá: reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a documentação como um instrumento para esta prática.	CÉZAR, Ted Henrique da Silva	educação artística	2012	Patrimônio arqueológico	não	não	sim

